

MAIS-VALIA

Boletim Informativo



República de Moçambique
Ministério das Finanças
Autoridade Tributária de Moçambique
Gabinete de Comunicação e Imagem
Repartição de Comunicação para área dos
Mega Projectos

Beira acolhe 7ª conferência dos portos do Oceano Índico

Moçambique, com um território de 2.780 quilómetros de costa marítima e terrestre com três países sem litoral, nomeadamente Malawi, Zimbabué e Suazilândia, tem sido a porta de acesso ideal para aqueles transitarem as suas mercadorias de importação e exportação.

Mercê da posição geográfica privilegiada que o país ocupa, aliado ao actual cenário de globalização da economia mundial importa que o país se integre no plano económico das nações tirando as vantagens positivas e incrementando o desenvolvimento.

Esta foi a nota dominante da conferência que versou o desenvolvimento da logística nos Portos do Oceano Índico, evento que foi marcado pela exibição de vídeos e informação

contida em brochuras, entre outros meios de comunicação, cujo palco foi a Cidade da Beira, na província de Sofala, que acolheu nos dias 27 e 28 de Fevereiro último, a 7ª Conferência dos Portos do Oceano Índico e Logística 2013, que juntou participantes estrangeiros, em representação da Nigéria, Quénia, África do Sul, Malásia, Alemanha, Hong-Kong e das Nações Unidas.

cente procura de soluções de transporte para atender às necessidades logísticas da economia mundial, associadas à posição estratégica privilegiada de Moçambique, evocam permanentemente as nossas responsabilidades não apenas para a nossa economia, mas também em relação aos países do interior, sem acesso directo ao mar e fazem com que a discussão sobre os nossos portos e vias de

transporte inter-modal e as soluções logísticas nos corredores de desenvolvimento regionais e nos fluxos marítimos internacionais.

Mencionou que, o comércio internacional, em particular o marítimo tem conhecido um rápido crescimento sobretudo no sector ferro-portuário, sendo urgente encontrarmos as respostas mais adequadas para a definição clara e correcta do que se pretende para a rápida edificação de um futuro próspero, fazendo o melhor proveito possível das facilidades que as tecnologias hoje nos oferecem.

Disse que, os portos constituem a porta de entrada e saída que nos liga ao desenvolvimento sócio económico internacional. **“E, são ao mesmo tempo, a chave para o sucesso das nossas economias. Falar hoje de desenvolvimento ferro-portuário, é falar de logística, é falar de modernidade, é, em última instância, falar do bem-estar do cidadão comum provido de acesso aos diversos bens e serviços necessários ao crescimento e desenvolvimento de qualquer dos nossos países”**, acrescentou.

“Os portos e caminhos-de-ferro são, na verdade, as veias e artérias onde circulam o sangue e o oxigénio que alimentam e dão vida ao desenvolvimento das nossas economias e das nossas sociedades. Sem elas ou com elas funcionando de forma deficiente, as nossas economias e o nosso desenvolvimento simplesmente entram em colapso”, anotou.



PM falando aos órgãos de comunicação social

No rol de convidados marcaram presença neste primeiro evento do género, altos quadros do Governo, Reguladores, Operadores, Provedores de Serviços ferro-portuários incluindo os utentes.

Presidiu a abertura do evento, o Primeiro-ministro Alberto Vaquina, que destacou a importância económica e social dos sistemas e infra-estruturas de transportes e comunicações, particularmente os relacionados com a navegação e segurança marítimas.

Com efeito, a contínua e cres-

centa comunicação estejam sempre na ordem do dia da nossa agenda governativa inspirando-nos na busca incessante de soluções cada vez mais eficazes para a segurança marítima, disse o PM.

Observou que, a realização da conferência constitui um momento de particular destaque em que os dirigentes, quadros e demais trabalhadores do sector ferro-portuário de diferentes quadrantes do Oceano Índico, debruçaram-se sobre o desenvolvimento do sector, na busca dos melhores caminhos para o

Destaques nesta edição:

Beira acolhe conferência de portos do Índico	1
Arranca mestrado em Gestão Aduaneira	4
E-Tributação ausculta operadores económicos	5
Gaza com balanço fiscal positivo em 2012	8
Tributação da Indústria Extractiva	13
Tributação de Mais-Valias: Teoria e Prática	15
Entre Nós: Filipe Magaia	19



Editorial

Debates abertos, construtivos e produtivos em volta do desenho e reformas do sistema tributário de Moçambique, com vista a torná-lo mais consentâneo com as mais desafiantes e exigentes realidades fiscais, vem envolvendo os diversos sectores da sociedade moçambicana, com especial ênfase o sector empresarial, na qualidade de principal parceiro e razão da fiscalidade. No entanto, a Autoridade Tributária de Moçambique tem presente a inequívoca e sólida convicção no facto de que por mais próximo da perfeição que possa estar o sistema tributário desenhado, se as condições humanas e infraestruturais da sua efectiva e eficiente administração (a sua modernização), não merecerem a devida atenção, dificilmente poderão ser atingidos os desígnios de arre-

cação sustentável de receitas do Estado.

Estando a AT na fase de reforma dos métodos de execução dos processos de administração do sistema tributário, com vista a simplificar e facilitar o processo de cumprimento das obrigações fiscais e consequentemente melhorar o ambiente de negócios alargando a base tributária, foi realizado o lançamento da divulgação e auscultação aos sectores empresarial (operadores económicos), sobre as principais inovações a serem introduzidas, nomeadamente o “*Projecto e Tributação*” e do uso de *Máquinas Fiscais*.

Tal como foi claramente referido pelo dirigente máximo da Autoridade Tributária, o Exmo. Dr. Rosário Fernandes, na sua intervenção do encerramento do seminário; “*...modernizar ou*

por Domingos Muçonto

não modernizar, não era uma opção, mas sim algo em linha com as boas práticas internacionais...”. Com esta inovação, por um lado, os custos de administração dos sistema tributários suportados pela AT e os do cumprimento das obrigações tributárias incorridos pelos contribuintes serão significativamente reduzidos, e por outro lado, a automatização de muitos processos de rotina actualmente executados por funcionários, dispensará mais recursos humanos para tarefas não rotineiras (de análise e controlo, atendimento mais personalizado aos contribuintes, entre outras), tornando o sistema tributário mais efectivo no alcance dos seus nobres objectivos. Estes desafios são combinados com o contínuo e permanente investimento na valorização do



factor de sucesso mais importante de qualquer corporação, o capital humano, razão do lema do Seminário e do ano de 2013 para a AT: “**A valorização dos recursos humanos como factor decisivo na tributação de recursos naturais em prol do desenvolvimento económico.**” Em linha com estes grandes desafios, abrimos esta edição do Mais-Valia com temas informativos e formativos sobre matérias diversas e relevantes para a administração dos impostos em geral, e para o sector de recursos naturais – os ganhos obtidos em transacções de licenças de concessão, em particular. **MV**



Beira acolhe 7ª conferência dos portos do Oceano Índico (cont. pag. 1)

Portos e Caminhos de Ferro em reconfiguração

O PM, Alberto Vaquina, considerou que, o país vive actualmente uma nova configuração devido aos grandes desafios que se impõem ao sector económico e o Executivo tem vindo a concentrar especial atenção na adopção de políticas para o sector ferro-portuário, com vista a dar o seu melhor contributo para transformar o País numa plataforma logística, por excelência.

A acção de grande envergadura abrange os sistemas ferro – portuários das regiões sul, centro e norte, e visa responder os grandes desafios que se impõem ao sector económico, com particular realce para os projectos de carvão na bacia carbonífera de Moatize, na província de Tete, e a necessidade premente da criação de capacidade logística para o seu transporte, manuseamento e exportação, bem como a consolidação do processo de concessão destas infra-estruturas e projectos de expansão dos diversos portos internacionais.

Para além de torná-los modernos, competitivos e adequados à demanda dos seus múltiplos utilizadores, diversos projectos foram identificados, alguns dos quais já concluídos e outros em fase de desenvolvimento, dentre os quais se destacam a construção e/ou reabilitação dos serviços ferro – portuários, com vista a dar o seu melhor contributo para transformar o país numa autêntica plataforma logística, por excelência.

Citou, por exemplo, as obras de grande engenharia financeira que estão a ser executadas no sistema ferro-portuário sul, como é o caso do projecto de aumento da capacidade do por-

to de Maputo, que contempla a construção de novos terminais, o aumento da capacidade dos terminais de contentores, viaturas, combustíveis e de carvão e magnetite na Matola, a reabilitação das linhas-férreas de Goba e Salamanga, o aumento da capacidade da linha-férrea de Ressano Garcia e o projecto de desenvolvimento do complexo portuário de Techobanine, incluindo a linha-férrea.

Explicou que, o complexo portuário de Techobanine visa a construção de raiz de um porto de águas profundas para navios de grande calado, complementando o porto de Maputo bem como a construção de uma

de 30% do tráfego marítimo internacional se realiza através do canal de Moçambique, facilmente podemos concluir que este mega projecto irá impulsionar o desenvolvimento económico regional”, elucidou.

No que tange ao sistema portuário na região centro, o governante indicou que está em curso o projecto de renovação das linhas-férreas Beira – Moatize e Beira – Machipanda, o aumento da capacidade do porto e da terminal de carvão existentes, a construção de um novo terminal de carvão e minério de ferro, a construção de um cais multiuso na zona entre os cais 11 e



Um pormenor da concorrida assistência ao evento

linha-férrea ligando Techobanine ao Botswana, via Chicualacuala e Zimbabué e um complexo industrial.

Tal complexo portuário cujo porto natural de águas profundas tem uma capacidade de tráfego projectada de 100 milhões de toneladas por ano, poderá constituir uma importante reserva estratégica regional de combustíveis e uma infra-estrutura ideal para a exportação de minerais diversos de países como o Botswana, África do Sul, Zimbabué, entre outros.

“Se considerarmos que cerca

12 do porto da Beira.

Em simultâneo, decorre a implementação da plataforma logística de Tete, a ser constituída por um porto seco, um centro regional de abastecimento de combustíveis apetrechado com todos os serviços de apoio e a aquisição de uma nova draga para o porto da Beira que vai imprimir nova dinâmica no melhoramento dos serviços marítimos.

Ainda na região centro, destaca-se um projecto de ligação ferroviária entre a região centro e a região norte que compreende a Linha de Sena, na zona de

“Leia e Divulgue o MAIS-VALIA “

Mutarara e a Linha de Nacala, em Mutuáli. Acrescentou que, o projecto de abertura destas linhas, incluindo a de Moatize-Macuse visa garantir a exportação até 25 milhões de toneladas de carvão mineral por ano.

Ainda na região centro, citou a construção do porto de águas profundas de Macuse, em fase de preparação cujo objectivo é permitir que na costa moçambicana seja edificado mais um porto que possa, efectivamente, contribuir para o escoamento das cargas provenientes do interior de Moçambique, dentre as quais se destaca o carvão de Tete.

Na região norte, concretamente no sistema ferro-portuário destaca-se o projecto da renovação das linhas-férreas Nacala-Entre Lagos e Cuamba – Lichinga bem como do Central East African Railways (CEAR) no Malawi, a reabilitação do porto comercial de Nacala, a construção do terminal de combustíveis e a zona franco no porto de Nacala, a construção do terminal de combustíveis e a zona franca no porto de Nacala, o desenvolvimen-

to integrado do porto industrial de Nacala-a-Velha, o desenvolvimento e expansão do porto de Pemba e a reabilitação do porto de Mocímboa da Praia.

Referiu que, estes dois últimos projectos visam o redimensionamento do porto de Pemba de forma a dotá-lo de infra-estruturas adequadas e equipamento moderno para o manuseamento das diferentes cargas bem como edificar em Palma uma infra-estrutura portuária industrial, para viabilizar toda a logística destinada ao escoamento do gás natural extraído da bacia do Rovuma, incluindo

Beira acolhe 7ª conferência dos portos do Oceano Índico (concl.)

a construção de um porto comercial.

“Temos consciência de que ainda há muitos desafios pela frente, com vista a melhorarmos as condições logísticas em Moçambique. Porém, a garantia que gostaríamos de dar é que para cada desafio procuraremos com determinação e até encontrarmos solução mais adequada, tendo em conta os desafios da nossa economia e as responsabilidades de Moçambique no processo de integração regional”, sublinhou.

Intervindo na ocasião, a Vice Ministra dos Transportes e Comunicações, Manuela Ribeiro, deu como exemplo a questão dos operadores mineiros e convidou os representantes para o desenvolvimento da parceria público – privada para responder as oportunidades de negócio que se vislumbram. À margem da conferência, o Director – Geral da COR-

NELDER de Moçambique, Carlos Mesquita, considerou que, o evento foi frutífero, na medida que deu-se a conhecer as potencialidades de que o país dispõe e as perspectivas de investimento. **“A comunidade de negócios que se fez presente foi convidada a participar nos investimentos desses projectos, na criação de projectos macro de que Moçambique precisa bastante que é para melhoramento e crescimento das suas infra-estruturas”,**

ajuntou.

De salientar que, a conferência superou as expectativas tendo contado com a participação de 230 delegados. A próxima conferência dos portos do Oceano Índico ficou marcada para 2015.

Novos guindastes no porto da Beira

Entretanto, o porto da Beira recebeu no dia 3 de Março do corrente, dois novos guindastes



Novos guindastes chegando ao porto da Beira

Doe Sangue e salve Vidas...



de grande capacidade para manusear carga contentorizada com mais eficiência. A montagem e activação destes novos meios obrigou à interrupção de actividades nos cais 2, 3 e 4 até ao dia 11 de Março, para que os vários componentes daquelas super-estruturas pudessem ser descarregados em segurança. Sendo assim, as autoridades portuárias só autorizaram a atracagem de um navio porta-contentores nesse período, findo o qual, se espera que o novo equipamento esteja já em funcionamento.

Com esta última aquisição, o porto da Beira vai optimizar o tempo de descarga das embarcações o que resultará na diminuição dos custos de oportunidade dos vários utentes daquela importante saída do hinterland. **MV**

Mestrado em Gestão Aduaneira arranca em Maputo

Colaboração de *Brígida Henrique**

Arrancou há dias, em Maputo, o primeiro curso de Mestrado em Gestão Aduaneira dirigido a 20 profissionais superiores da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), a ser ministrado pelo Instituto Superior de Administração Pública (ISAP), em coordenação com o Instituto de Gestão da África Oriental e Austral) ou Eastern and Southern Africa Management Institute (ESAMI) e o Centre for Customs and Excise da Universidade de Camberra na Austrália.

Em língua inglesa, o curso, com a duração de dois anos, é dirigido em primeira instância a dirigentes da AT, e visa reforçar a capacidade de gestão aduaneira em Moçambique e constituir no país, o primeiro grupo gestores aduaneiros altamente qualifica-

do em gestão aduaneira, capaz de responder as demandas daquela área de actividade.

Na cerimónia de abertura, Vitória Dias Diogo, Ministra da Função Pública considerou que a formação é um processo que irá contribuir para o fortalecimento e consolidação do Apar-

relho do Estado Moçambicano. Aliás a questão de formação e



Ministra Vitória Dias Diogo discursando na ocasião

profissionalização dos funcionários do Estado em particular tem sido debatida na actualidade, pois é verdade que só um técnico devidamente habilitado poderá provocar mudanças tangíveis nas instituições públicas ou mesmo privadas.

Ademais, a profissionalização dos funcionários do Estado é um dos eixos centrais do Programa Quinquenal do Governo (2010-2014),

pois ele aponta necessidade de capacitar, formar e valorizar o capital humano, desenvolvendo nele habilidades, competências e atitudes, condizentes com as responsabilidades que os funcionários e agentes do Estado devem assumir na materialização do lema “Uma Administração Pública virada para o cidadão”.

Só para citar um exemplo, em 2006, de um total de 167.424 funcionários e agentes do Estado 42 por cento de técnicos do tinham nível elementar, 50% ostentavam o nível básico e médio e apenas oito por cento tinham o nível superior. Volvidos seis anos e de acordo com as estatísticas dos funcionários e agentes do Estado de 2012, de um contingente de 247 mil 725 funcionários e agentes do Estado, 19 por cento ostentam o nível elementar, 42 por cento têm nível básico, 27 por cento

Mestrado em Gestão Aduaneira arranca em Maputo (cont. pág. anterior)

com nível médio e 12 por cento dos profissionais do Estado têm nível superior.

E dentro das suas competências e no domínio de Gestão Estratégica e Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Estado, o Ministério da Função Pública é responsável pela promoção e gestão da implementação do Sistema de Formação em Administração Pública, através do ISAP, e dos Institutos de Formação em Administração Pública e Autárquica (IFAPAs) de Maputo, Beira e Lichinga, que asseguram, respectivamente formação e capacitação das lideranças, formação superior dos funcionários do Estado em administração pública e a formação e capacitação de nível básico e médio dos profissionais do Estado, através do ensino regular, modular e à distância.

É na componente da profissionalização dos funcionários do Estado que se introduz pela primeira vez em Moçambique (2013-2015), o primeiro Mestrado em Gestão Aduaneira, cujo desafio é integrar os profissionais das alfândegas em

www.at.gov.mz

Em Maputo

e-Tributação ausculta operadores económicos

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) está na fase de reforma com vista a simplificar e facilitar o processo de cumprimento das obrigações fiscais e consequentemente melhorar o ambiente de negócios e alargar a base tributária, tendo como corolário a optimização da captação de receitas para a realização da despesa pública. É nesse sentido que a AT em parceria com a CTA promoveram a 21 de Fevereiro do corrente, um seminário de auscultação no hotel VIP, sobre o projecto e-Tributação. Como se sabe, o e-Tributação é

particular na rede de relações com os países vizinhos.

“Participar no diálogo regional é assumir que a condição de sucesso de Moçambique reside, sobretudo, na qualidade e na competência dos nossos gesto-



Quadros do Governo e mestrandos da AT posam para a posteridade

res. Acreditamos que a com a formação asseguraremos que os funcionários, quadros e dirigentes da AT desenvolvam as necessárias capacidades e os requisitos adequados ao propósito de bem servir o cidadão e o país” – considerou Vitoria Diogo, na cerimónia de lançamento do curso.

E para Diogo, o curso de Mestrado em Gestão Aduaneira representa mais uma etapa do processo de crescimento do ISAP, de capacitar em Administração Pública de dirigentes e quadros em funções de direc-

ção e chefia, elevação da capacidade de liderança, qualificação académica e técnico profissional dos funcionários em exercício na Administração Pública, com vista à Boa Governação”.

Com o curso de Mestrado em gestão aduaneira em Moçambique, o ISAP, apelidada de esco-

la de governo está a cumprir com a sua missão de capacitar os gestores sénior do Estado e concorrer para que até 2025, todas as chefias no Aparelho do Estado tenham sido formados por aquela instituição, “pois quando há necessidade de formação de quadros do Estado ele se organiza e coordena com todas instituições científicas quer nacionais quer regionais ou internacionais para responder as demandas do mundo global. Temos que nos solidarizar e apoiar essas acções, que tornarão a nossa administração Pública mais competitiva a nível regional e internacional”.

O ISAMI foi criado em 1980, sob tutela de 10 países africanos incluindo Moçambique e tem como missão desenvolver competências em liderança e gestão dos clientes para alcançarem os objectivos organizacionais, melhorar o desempenho e gestão das organizações públicas e privadas em África através de formação, educação, pesquisas, promoção de boas práticas de gestão. **MV**

* Oficial de Imprensa no Ministério da Função Pública

um projecto focalizado na gestão do contribuinte e dos impostos internos, que está sendo implementado em parceria com o Centro de Desenvolvimento de Sistemas financeiros do Estado – CEDSIF e com apoio financeiro de Parceiros de Cooperação através do Fundo Comum da Reforma Tributária e do Fundo Comum do CEDSIF. Falando na abertura do seminário, o Dr. Hermínio Sueia, Director-Geral do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional (GPECI) disse esperar que: “... **da CTA e outros convidados**

colher contribuições para que o sistema responda as ansiedades dos Agentes Económicos e do contribuinte em geral e também apoio na interacção e mobilização dos Agentes Económicos, dos colaboradores dos agentes economicamente activa para a adesão massiva ao processo de renovação de dados com base nos novos formulários aprovados... Finalizando, Sueia disse ainda que o seminário deverá ter réplicas em todas capitais provinciais, e de forma cíclica, no âmbito da Campanha

de Educação Fiscal e de Popularização do Imposto, com o objectivo de colher o máximo de contributos possíveis e simultaneamente divulgar o projecto e os seus produtos. Fazendo a apresentação do projecto e-Tributação, o dr. Atumane Muenhe, gestor do mesmo, declarou à vasta assistência que se fazia presente no local, que aquele já tem em Piloto o seu primeiro produto – Módulo de Registo de Contribuintes (NUIT) - que está na fase de expansão em todo país, nomeadamente nas Unidades de Grandes Contribuintes, Direc-

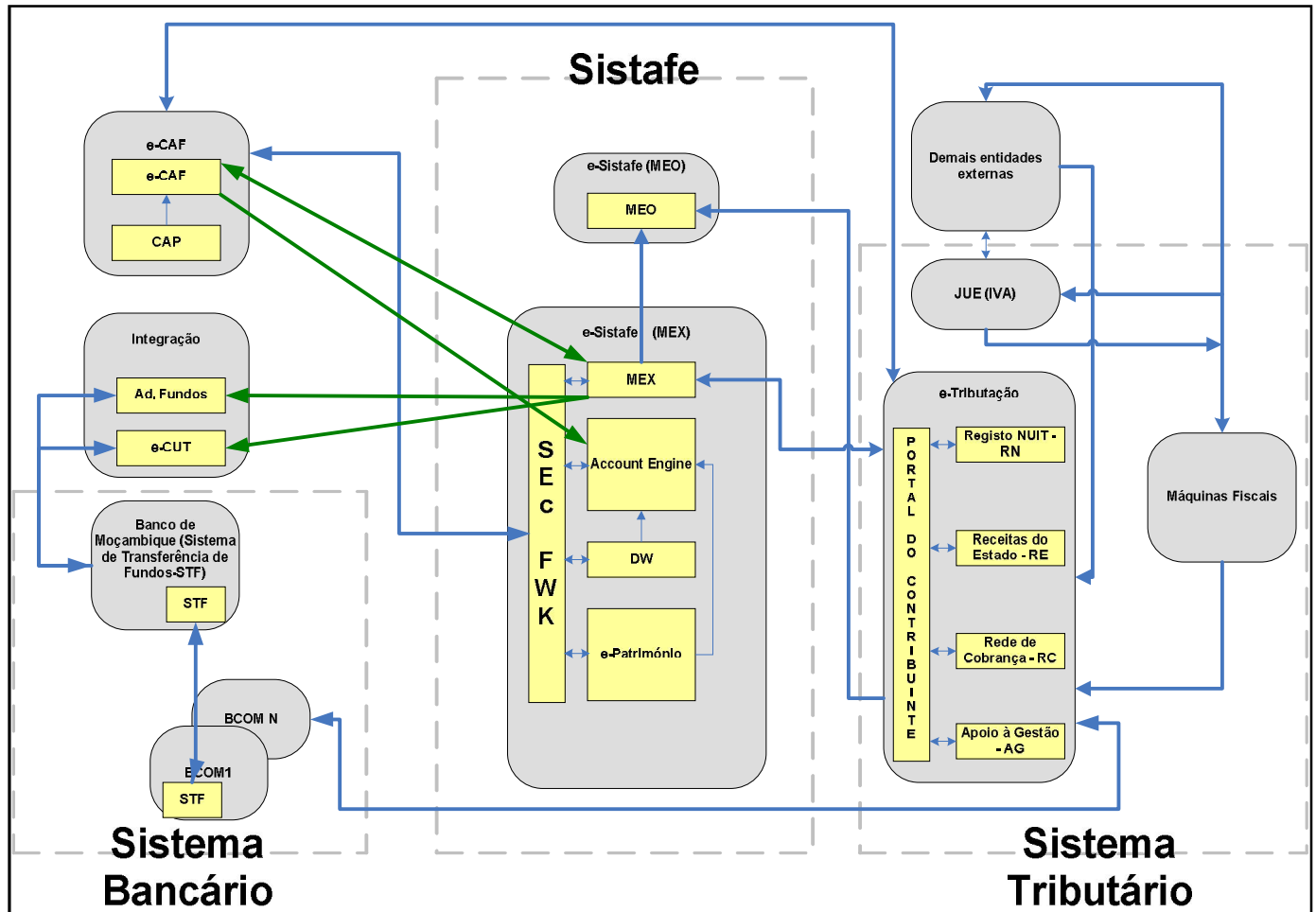
e-Tributação ausculta operadores económicos (cont. pág. anterior)

ções de Áreas Fiscais (DAFs) e Serviços de Apoio ao Contribuinte. Segundo Muenhe, o passo seguinte é de colocar o

correcta e confiável... Assinale-se que para além do projecto e-Tributação, a AT tem em curso ou em fase conclusiva

o cumprimento das obrigações fiscais e recepção, por mesma via, de correspondência emitida pela administração tributária e;

sos... Já José Ferreira, da empresa Pessoas & Processos, Moçambique, indagou por que **“...o cadastro do NUIT pro-**



sistema nas DAFs que actualmente não usam sistemas informáticos como ferramenta de trabalho, nos Balcões de Atendimento Único (BAU's), nas Administrações Distritais que executam a despesa usando o e-SISTAFE e em outros locais que forem identificados como relevantes.

A expansão do NUIT exigirá que todos contribuintes sem distinção se dirijam a qualquer Área Fiscal para actualizar os dados mediante o preenchimento de novos formulários. Isto foi justificado por Muenhe que defendeu que: **“...para que estes sistemas alcancem os objectivos definidos, foi decidida a renovação dos dados do contribuinte de modo a que a administração tributária possua uma base de dados**

de planificação uma carteira de outros projectos de modernização fiscal e tecnológica, designadamente o Janela Única Electrónica (JUE), para a gestão das operações de desembaraço aduaneiro e da receita adveniente do comércio externo, já em operação e que está sendo implementado a partir de uma parceria público-privada, envolvendo um consórcio privado, detentor do know-how, a CTA e os Estado. O projecto de modernização dos serviços do Contribuinte que visa, numa primeira fase a implementação e operacionalização de uma Central de Atendimento ao Contribuinte, e numa segunda fase, a implementação e operacionalização do portal do Contribuinte para permitir o envio electrónico de declarações para

o projecto para a implementação e operacionalização de máquinas fiscais, que permitirá melhorar a gestão dos contribuintes em sede do IVA e do ISPC, facilitando também a emissão de justificativo fiável nas transacções, sobretudo a retalho.

Vários assuntos focalizaram os debates

No debate que se seguiu à apresentação do projecto, foram levantadas várias questões pertinentes. Faizal Daúde, em nome do Banco Barclay's, quiz saber **“...se o processo de pagamento electrónico seria mais robusto do que o da JUE, que se caracteriza pela extrema e desnecessária burocracia no caso de reembol-**

posto pelo e-Tributação, continua a insistir no uso extensivo de papel (formulários M05, M05 e M07) ao invés de apostar em meios electrónicos para o mesmo fim...”.

Em jeito de comentário, Mubarak A. Razak da CTA, sugeriu ser desejável **“...aumentar a base tributária usando meios electrónicos, todavia, quando eles falham, o Contribuinte pode encontrar nisso a justificação de não pagar o imposto...”.** Pelo que, na sua visão, neste processo de actualização de dados do NUIT, as brigadas da AT poderiam inclusive deslocarem-se às próprias empresas para realizar sua tarefa. Complementando, o dr. Muenhe revelou que a AT deverá deslocar-se às empresas previamente para distribuição dos

e-Tributação ausculta operadores económicos (concl.)

www.at.gov.mz

formulários, posto que os recolherá mais tarde.

Por outro lado, Guilherme Mambo, gestor da MCNet, consórcio que explora a JUE, reconheceu o embaraço criado pela demora no processamento dos reembolsos pela JUE, justificando que a Direcção-Geral de Alfândegas não tem competências legais para fazer reembolsos, por esse motivo, a JUE também não o faz.

Prosseguindo com o debate, interveio Vítor Miranda, do Banco Internacional de Moçambique, reconheceu que **“... é notório o esforço da AT no sentido de garantir que cada Contribuinte tenha NUIT, mas que, na sua visão, a bancarização deve avançar independentemente do Contribuinte ter ou não NUIT. ...”**. Por esse motivo, Miranda defende que deveria haver um diálogo profícuo entre a Banca e o e-Tributação, à semelhança do que já sucede com a JUE, sobre este e outros aspectos, pois **“...podem-se aproveitar processos existentes ao invés de reinventar a roda...”**, rematou. Intervindo, Valor Fragoso, do projecto e-Tributação, recuperou a ideia de que ser muito importante evitar-se enchentes nas DAFs, logo que o processo de actualização começar. Pois que, afinal, o processo de pagamento nas recebedorias de Fazenda será abandonado gradualmente.

José Simões, da Primavera Software, Moçambique, quiz saber se o e-Tributação iria desenvolver mecanismos de integração com sistemas ERP. Uma vez que, segundo Simões: **“...para médias e grandes empresas com software de facturação, não é prático introduzir dados fiscais directamente no Portal da Administração Tributária, tendo em conta o grande volume dos mesmos...”**, o que poderia ser simplificado carregando-os para um ficheiro fiscal da AT.

Outro ponto levantado, foi a oportunidade de inclusão das

pequenas e médias empresas neste processo do e-Tributação. Segundo um pequeno empresário, que se identificou como Chissico, as questões trazidas pelo e-Tributação centravam-se essencialmente no pequeno universo das grandes empresas, descurando as preocupações das pequenas e médias. Reagindo, Hipólito Hamela, da CTA, disse que: **“...se estava a realizar um estudo sobre pagamento de impostos em Moçambique, com base no Win-Business, visto que em Moçambique há 37 impostos, é natural que os empresários no geral esperem que o e-Tributação lhes facilite a actividade...”**, concluiu. Apoiando a ideia, Carlos Fafetine, do e-Tributação, observou que: **“...as brigadas móveis de cobrança poderiam ser uma resposta...”** à preocupação levantada por Chissico. Sobre a actualização de dados do NUIT, Fafetine defendeu que: **“...não se devem usar mecanismos electrónicos na actualização de dados, pois a nível do projecto não se havia conseguido determinar o mecanismo fiável...”** para verificação da autenticidade de quem se regista. Em jeito de fecho, Kekobad Patel, da CTA, assinalou que a sua organização tem vindo a defender a simplificação do sistema tributário nacional, sendo o seminário em causa, um dos vários que se realizarão na perspectiva de se focalizar em aspectos mais específicos, sobretudo os locais. Seguiram-se muitas outras intervenções, onde a tónica foi, de um modo geral, divulgar o e-Tributação junto do seu público-alvo. Contudo, alguns dos participantes lamentaram a pouca inovação tecnológica proposta pelo equipa do projecto, tendo em conta o desempenho do actual sistema de informático para cobrança de receitas. Na sua óptica, com os meios actualmente disponíveis em Moçambique, poder-se-ia avançar já para o NUIT biométrico, por exemplo, o que resolveria o problema da autenticidade do cadastro, como aliás já vem sendo feito pelo STAE a

cada pleito eleitoral. Defenderam ainda que a eficiência da recolha de dados poderia ser melhorada também, caso a AT e a Banca Comercial colaborassem na atribuição ou actualização do NUIT, cada vez que alguém desejasse efectuar uma transacção financeira, nomeadamente por meios de pagamento electrónico. E por último, advertiram que o cenário de integração dos sistemas ERP no e-Tributação, além de plausível, já deveria ter sido pensado por aquele projecto.

Um dos participantes, desvalorizou a justificação do “país real” trazida pela CTA como entrave à modernização tecnológica do sistema fiscal, apontando que em certas zonas recônditas do país é possível encontrar meios tecnológicos avançados para comunicação, alimentação eléctrica e outros, adquiridos e mantidos por agentes económicos que exploram actividades bastante lucrativas. No entanto, quando se apela à sua inserção no sistema fiscal, o “país real” é sempre invocado para se manterem fora do sistema fiscal. Já sobre a abrangência do e-Tributação aos pequenos empresários, o mesmo orador observou que, embora fosse politicamente correcto falar de um projecto inclusivo a todos os agentes económicos, o retorno do investimento tinha de necessariamente entrar nos cálculos dos gestores do e-Tributação, que se deverão concentrar em nichos onde a arrecadação fiscal seja considerável e garantida, como é o caso das médias e grandes empresas. Finalmente, criticou o facto de não se estar a dotar a Lei Fiscal de mecanismos que assegurem o cumprimento voluntário da mesma pelo Contribuinte, adoptando, por exemplo, medidas coercivas, como o encerramento de estabelecimentos comerciais que a violem reiteradamente, ao invés da porosidade do sistema de multa. De acordo com este, as multas fiscais em Moçambique têm-se revelado um mecanismo socialmente injusto de admoestação do sujeito passivo, uma vez que

quem tem capacidade financeira, pode, querendo, violar a lei, sem se preocupar com as consequências patrimoniais ou criminais do seu acto, enfatizando que essa é uma situação que contrasta bastante com a realidade fiscal dos nossos vizinhos da SADC.

Encerramento

O seminário foi encerrado por uma intervenção do Dr. Rosário Fernandes, Presidente da AT (P-AT) que declarou na ocasião que **“...modernizar ou não modernizar, não era uma opção, mas sim algo em linha com as boas práticas internacionais...”** que ainda reconheceu que se poderia ter feito mais, mas tem de se ter em conta as condições humanas e materiais do país e ainda que **“...a fiscalidade é a base primária para se almejar a carteira dos grandes contribuintes...”** e ainda que **“...em 2013, os pilotos do IVA e ISPC deverão também arrancar para atingir 70% das áreas fiscais...”**. Por outro lado, frisou ser importante manter sinergias com outros sistemas do e-Gov de Moçambique, tendo em conta o avultado investimento que já foi feito com o e-Tributação, que ronda os 30 milhões de USD.

Nesse contexto, o Dr. Fernandes advertiu que era preciso fazer a rentabilização do e-Tributação, tendo em conta o sucedido com a JUE, onde, a determinado momento, só conseguiu realizar 25% do potencial arrecadatório de taxas aduaneiras inicialmente previsto, o que só foi revertido em Setembro de 2012 após a constituição de uma “task-force”, chamando ainda a atenção que os níveis de arrecadação das receitas internas tem sido bom, o que permitiu reduzir a dependência externa de Moçambique para um histórico 27%. Não obstante, não deixou de enaltecer a ajuda internacional para que a AT almejasse aquele feito, em particular ao projecto e-Tributação. **MV**

Gaza com Balanço Fiscal positivo em 2012

Colaboração de Amido Abdala*

A Delegação Provincial da Autoridade Tributária em Gaza (DPAT-G), avaliou recentemente o seu desempenho, constrangimentos e perspectivas enfrentados no ano de 2012.

De um modo geral, no tocante à receita, o desempenho no ano de 2012, ora terminado, foi positivo uma vez que, segundo o programa da instuição, a DPAT-G que tinha como meta anual o montante de 459.665.420,00 Mt (quatrocentos e cinquenta e nove milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte meticais), atingiu o montante de 468.464.928,47 Mt, (quatrocentos e sessenta e oito milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil novecentos e vinte e oito, meticais e quarenta e sete centavos) o equivalente a 101,91%, de realização, o que representa um crescimento de 13,57%, quando comparado com ano de 2011. Deste montante, a componente dos impostos internos arrecadou 209.349.274,62Mt e a componente externa - Alfândegas -, contribuiu com 35.272.655,98Mt.

No capítulo do ISPC, verificou-se que para este grupo de imposto simplificado para pequenos contribuintes as coisas não correram de feição, pois a província que tinha como meta 5.800, e conseguiu registar até Dezembro somente um total de 1.192 de novos contribuintes o que equivale dizer que o nível de realização com este registo foi de apenas 20,55%, o que se comparado com igual período de 2011, representa um decréscimo na ordem de 58,93%.

De referir que desde a implementação deste imposto, a DPAT-G já assegurou uma carteira fiscal de 23.281

contribuintes, o que se pode considerar ainda muito incipiente, se se entender o nível de actividade comercial informal que existe na província, pelo que deve ser feito um trabalho profundo para convencer o Contribuinte a aderir a este imposto que lhe traz vários benefícios, por exemplo, a oferta de livros de VD's e de controlo das operações comerciais pelas DAF's e de poder comercializar os seus produtos, uma vez que os VD's são reconhecidos pela Administração Fiscal.

No tocante ao NUIT, importa recordar que à província fora atribuída para o ano em análise a meta de cadastrar 15.528 novos registos entre contribuintes e singulares que procuram o registo fiscal para diferentes fins, tendo, nesse contexto, a província efectuado 18.914 novos registos, o que representa uma realização de 121,81%. Sendo 18.688 de singulares, com actividades e outros que procuraram o NUIT para outros fins, com o remanescente a corresponder a organizações colectivas. Em comparação com 2011 isto corresponde a um salto de 39,84%.

Quanto à atribuição de cartões do NUIT pela AT, que é uma actividade que data desde a implementação do NUIT, teve que se executá-la centralmente pois não haviam sido criadas condições técnicas na província para estes poderem ser impressos localmente. No entanto, a partir de Julho de 2012 a DPAT-G foi contemplada com uma máquina de impressão de cartões, tendo desde então sido atribuídos um total de 13.112 cartões. Para o efeito foi adoptada uma estratégia de contacto com instituições públicas e privadas para remeterem aos serviços de atendimento ao contribuinte e ou as DAF's, bem como aos Postos Fiscais e de cobrança, relações de funcionários com NUIT para a subsequente atribuição de cartões, além de

singulares que também passaram a receber cartões assim que solicitarem o NUIT. Quanto à campanha de Educação Fiscal e Massificação de Imposto e como foi do domínio público, a AT lançou uma campanha de popularização do Imposto, tendo sido indicado como foco desta campanha, os Postos Administrativos, acto este que foi replicado a nível da província. Sob o Lema **"O protagonismo dos postos Administrativos na promoção da Cidadania Fiscal e Popularização do Imposto"**, foi lançada em Chidenguele a campanha que ao longo ano abrangeu sucessivamente os postos Administrativos de Xai-Xai, Chicualacuala, Massangena, Chókwe, Bilene-Macia e alguns centros de maior concentração populacional, bem como algumas associações juvenis, escolas, além de mercados. Num outro desenvolvimento e com o objectivo de aproximar cada vez mais aos pagantes de impostos, a DPAT-G beneficiou-se de mais um Posto Fiscal e de Cobrança, localizado na vila Macia, o que encurta a distância dos contribuintes que se viam forçados a percorrer 60km para a Xai-Xai ou 33km para Praia do Bilene, para cumprirem com as suas obrigações fiscais.

Divulgação do Uso de Máquinas Fiscais

Com o propósito de divulgação do uso obrigatório das máquinas fiscais, instrumento que se espera venha impulsionar a fiscalidade e eliminar a falta de emissão da facturadas e ou documentos equivalentes nas transacções comerciais, foram realizados encontros de auscultação sobre a obrigatoriedade do uso das máquinas registadoras, amplamente divulgados na província, com destaque para uma sessão do governo provincial, tendo colhido contribuições das diferentes sensibilida-

des da província, entre governantes, comerciantes e o público em geral.

Recordar uma vez mais, que a implementação das máquinas reveste-se de grande importância no contexto actual de modernidade tecnológica que o mundo está a atravessar, o que não permite a continuação da utilização de máquinas registadoras comuns, destacando-se dentre os vários inconvenientes da continuidade do seu uso, o facto dos talões de venda que são emitidos pelas registadoras actuais não conferirem a adequada fiabilidade para a comprovação do volume de operações efectuadas e o conseqüente imposto a pagar.

Perspectivas para 2013

Para o ano de 2013, impõem-se muitos desafios e trabalho árduo, a todos os níveis, para se cumprir a meta global de 543.061.860,00 Mt, o que consistirá na multiplicação de esforços no sentido de responder as exigências que a conjuntura nos impõe. A província é essencialmente agrícola e a actividade comercial em desenvolvimento está dependente de muitas sucursais, cujos impostos são entregues noutros pontos do país.

Atendendo que a população economicamente activa da província e a carteira fiscal que a província possui, existe ainda um grande potencial de pagantes de impostos que se encontram fora do sistema tributário, daí a necessidade de transformar as dificuldades existentes em oportunidade para vencer, fazendo com que se possa trazer estes ao sistema e permitir assim o alargamento da base tributária, através de inscrição de novos contribuintes. Logicamente que esta actividade não deve menosprezar a monitorização dos que já se encontram no sistema para o regular cumprimento das suas obrigações.

A problemática de falta de emissão de um documento confirmativo nas transacções

*"Leia e Divulgue
o MAIS-VALIA"*

Gaza com Balanço Fiscal positivo em 2012 (cont.)

comerciais é outro desafio que a DPAT-G tenta, pouco a pouco, inverter através de educação fiscal e popularização de imposto, palestras, publicidade radiofónica e televisiva, com o esclarecimento dos comerciantes e da população em geral da importância da emissão e da exigência de factura ou documento equivalente nas suas transacções comerciais.

A identificação de espaços para instalação de postos fiscais e de cobrança, que numa primeira fase deverão funcionar como móveis, isto é, que funcionarão em determinados dias do mês, e mais tarde como postos fixos, a semelhança do que aconteceu na vila da Macia, nos distritos de Mabalane, Chicualacuala (Mapai), e Massangena, constituem grande aposta para o ano de 2013. A conclusão e entrada em funcionamento do Posto Fiscal e de Cobrança de Man-

dlakazi, que em deverá ocorrer ao longo do primeiro semestre. Está ainda em curso, o estudo para implementação do sistema da JUE em Gaza, que é um processo inovador, com vista a ajudar na cobrança de receitas da componente externa para que a justiça fiscal seja implementada, visto que foi já identificado um grande potencial de importadores que se vêm queixando dos custos adicionais que suportam por falta deste, uma vez terem de se deslocar a outras províncias a fim de desalfandegar as suas mercadorias suportando custos com deslocações e alojamento. E sendo política da instituição aproximar-se cada vez mais do contribuinte, espera-se que ao longo do presente ano a província de Gaza tenha já em funcionamento o sistema da JUE, cujo trabalho técnico se encontra numa fase muito adiantada. (x)

mobiliários de escritório e da residência ficaram totalmente destruídos pelas águas.

Durante as cheias, os funcionários das Alfândegas, Migração e Guarda Fronteira, viveram um autêntico drama, tendo-se refugiado para se salvarem das fúria das águas num ponto alto em território sul-africano, onde permaneceram até ao dia 23, data em que terminou o processo de resgate, que tivera o seu início a 21 de Janeiro.

Face as ocorrências a 22 e 23 de Janeiro, uma equipa chefiada pelo delegado provincial foi indigitada para participar no processo de resgate dos colegas da AT, inclusive os da guarda fronteira e da Migração.

A nível da Direcção Regional Sul (DRS), após uma visita de avaliação do nível de estragos causados pelas cheias, foram também encetados esforços no sentido de se repor o mobiliário de escritório, bem como, o da residências dos funcionários do posto fiscal Pafúri.

Por sua vez, as enxurradas que ocorreram no distrito do Chókwè, que forçaram a que toda a população abandonasse as zonas afectadas, a DAF de Chókwè e o posto fiscal e de atribuição de NUIT's não escaparam igualmente à força destruidora das águas, que na

www.at.gov.mz

manhã de 23 de Janeiro, invadiram aquela vila, causando, felizmente, danos de pequena monta na DAF local pois as mesmas não passaram do nível do rodapé, isto é, cerca de 60 cm de altura, o que causou a inutilização de dois computadores, duas secretárias, cabos de conexão, do sistema de cablagem de rede, que se julga ter sido afectado pelas águas, bem como algumas resmas de modelos de pagamento e de inscrição. Já o mesmo não se pode dizer do posto de atribuição de NUITs, onde a destruição foi total. Com efeito, no posto que era pertença da APIE, onde funciona também o sector das alfândegas do distrito, não foi possível retirar nenhum equipamento de escritório, tendo 4 secretárias e as respectivas cadeiras, bem como, parte do arquivo da DAF de Chókwè que se encontrava ali guardado, sofrido com as águas, estando-se neste momento ainda em fase de limpeza, ao contrario da DAF que já se encontra operacional e com os serviços mínimos de cobrança activos para outros 7 distritos (Massingir, Mabalane, Chcualacuala, Massangena, Chigubo,

Cheias em Gaza afectam actividades da AT

A província de Gaza por se encontrar numa região de planície é vulnerável a cheias durante o período chuvoso, que varia de Outubro a Março, prolongando-se por vezes até Abril.

De 19 a 23 de Janeiro, a província de Gaza sofreu as consequências do transbordo do rio Limpopo, tendo causado as cheias e danos que se verificaram um pouco por toda a província afectando particularmente os distritos de Chókwè, Guijá e conseqüente a interrupção de algumas ligações terrestres e ferroviárias, entre Chókwè e Macarretane, Chókwè e Chibuto, e Massangena e o resto da província. Esta situação não poupou algumas infra-estruturas da AT, bem como, alguns funcionários que se encontram em Chicualacuala (Posto Fiscal de Pafúri) e Chókwè (DAF de Chokwè, Posto da APIE- Chókwè).

No Posto Fiscal de Pafúri, com a invasão das águas do rio Limpopo, no dia 19 de Janeiro, foi

igualmente atingida a residência e o escritório do Posto fronteiriço do Pafúri, ficando as duas instalações totalmente inundadas pelas águas resultantes do transbordo do rio Limpopo.

Esta calamidade não permitiu que os colegas retirassem os pertences, pois recebavam ficar sitiados. Apenas uma arma e o respectivo carregador, um computador e parte do arquivo corrente referente ao exercício de 2012 foram salvos, o que equivale dizer que, parte do arquivo e



Residências e posto fiscal cercados de lama em Pafúri

Gaza com Balanço Fiscal positivo em 2012 (concl.)

etc.) da sua área de jurisdição, os quais não tiveram suas actividades económicas afectadas.

Situação dos Funcionários da AT no Chókwè

Da visita efectuada às residências dos 26 funcionários (22 DGI e 4 DGA) a situação é de perda total de bens, entre electrodomésticos, computadores, Televisores e mobiliário, entre outros. Referir que mesmo assim, ainda não é possível aferir o nível real de estragos causados pelas cheias em algumas residências, por estas ainda se encontram envoltas em água e ou lama.

Face a esta situação das cheias, alguns funcionários refugiaram-se temporariamente na Macia, em instalações arrendadas pela AT, outros em Maputo e outros

ainda em Xai-Xai, enquanto durou o alerta de cheias no distrito de Chókwè.

Solidariedade da direcção da AT

Durante a vigência desta calamidade, a província recebeu visitas de solidariedade de vários dirigentes da AT. Assim, a 29 de Janeiro, foi recebida a visita do Sr. Director Geral Adjunto do Controlo Interno, Dr. Isaías Mondlane, que visitou o local onde se encontravam instalados os colegas na Macia, tendo manifestado a sua solidariedade para com os mesmos e oferecido alguns géneros alimentícios. Deslocou-se igualmente à cidade do Chókwè com o objectivo de se inteirar da situação no terreno para aferir os possíveis danos. A 30

de Janeiro, o Director Regional Sul, Dr. Carlos Macie, que a semelhança da visita do dia anterior, manteve também encontros com os colegas do posto, da residência e deslocou-se à cidade de Chókwè, onde visitou a DAF, a casa da Directora, da Recebedora e de mais dois técnicos.

Finda a visita, o Director Regional Sul deslocou-se a Xai-Xai onde visitou sucessivamente as instalações da DAF-Xai-Xai, do SPAG e o compartimento (sala de reuniões) cedido pela Delegação do Instituto Nacional de Estatística, onde se encontra a funcionar a DAF.

Finalmente, a 05 de Fevereiro, uma outra delegação, chefiada pela Sra. Directora-Geral Adjunta de Impostos, Dra. Percina Sitoe, que se fazia acompanhar pelo Director da Cobrança,

Sr. Custódio Manjate e do Dr. Filipe Magaia, visitou o Posto da Macia, a residência onde os colegas da AT se encontram alojados e finalizou o seu périplo em Chókwè, para se inteirar da realidade vivida pelos funcionários da AT naquele distrito. Em Xai-Xai, a delegação manteve encontro com todos os funcionários locais, onde a Directora-Geral Adjunta de Impostos, encorajou os visados a prosseguirem com os objectivos da instituição, apesar das dificuldades que a província atravessa. Louvou o nível alcançado pelas duas unidades de cobrança, DAF e SPAG (85,62% e 82,36%), tendo reconhecido igualmente o esforço empreendido por cada um dos funcionários. **MV**

www.at.gov.mz

Em Maputo

MIREM participa em seminário do BAD

A Ministra dos Recursos Minerais, Dra. Esperança Bias, participou em 27 de Fevereiro deste ano no Seminário sobre “A Gestão das Receitas e Optimização dos Benefícios Provenientes da Exploração dos Recursos Naturais – Gás Natural E Carvão” promovido pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Dirigindo-se aos participantes, Bias revelou que o Governo definiu como prioridade o conhecimento geológico-mineiro e a inventariação dos recursos minerais existentes no nosso país. Para o alcance desse objectivo foi implantado um quadro legal e regulador para o exercício da actividade no sector mineiro e petrolífero que atraiu o investimento directo estrangeiro na pesquisa e extracção de recursos minerais, onde só nos últimos 5 anos foram investidos mais de 5 mil milhões de dólares americanos. De acordo com aquela governante, as reservas de carvão do nosso país estão estimadas em mais de 20 mil milhões de toneladas, grande parte delas localizadas na província de Tete,

sendo que em 2012 o país produziu 4,9 milhões de toneladas de carvão, um nível de extracção mineira nunca anteriormente alcançado na história de Moçambique, que acrescentou, haverem actualmente 4 contratos mineiros de extracção de carvão, número que em breve será aumentado com a conversão de algumas licenças de prospecção e pesquisa em concessões mineiras.

Bias mostrou-se esperançada que até 2020, o país possa exportar anualmente mais de 50 milhões de toneladas de carvão de coque e carvão térmico, tornando Moçambique num dos 5 países maiores exportadores de carvão de coque a nível mundial.

A ministra dos Recursos Minerais reconheceu como um dos obstáculos principais para o país, a falta de infra-estruturas, em particular as de transporte. Nesse sentido apontou a necessidade da existência de soluções para o escoamento do carvão através de parcerias público-privadas.

Como tal, revelou que está em curso, com o apoio do Governo

Australiano, a elaboração de um Plano Director do Carvão. Este plano, para além de fazer uma inventariação dos recursos de carvão em diversos pontos do país, recomendará as linhas de orientação para o desenvolvimento da indústria extractiva e de utilização de carvão em Moçambique.

Por outro lado, Bias disse ainda que no presente ano será submetido à aprovação do Governo um Plano Director de Gás Natural, que tem sido elaborado com a participação de diversas instituições governamentais, o sector empresarial e a sociedade civil. Para além da exportação, será colocado ênfase no desenvolvimento da utilização do gás natural no mercado nacional, tanto em projectos industriais de grande dimensão, como no consumo por parte de pequenas e médias indústrias.

Note-se que, em 2010, foram feitas novas descobertas de gás natural na Bacia do Rovuma, no norte de Moçambique. Trata-se de jazigos de gás de grande dimensão, com um total de reservas estimadas em mais de 150 trilhões de pés cúbicos

(TCF – unidade numérica dos EUA), o que levou a que as concessionárias estejam a considerar a sua exportação em grande escala na forma de gás natural liquefeito (LNG). O início da primeira exportação de LNG está prevista para 2018. Dadas as quantidades de reservas provadas, as boas características dos reservatórios e a posição privilegiada do nosso país no mercado internacional, Moçambique já é considerado como tendo potencial para, dentro de duas décadas, se tornar no terceiro maior exportador mundial de LNG, depois do Qatar e da Austrália. Finalizando a sua intervenção, a Dra. Esperança Bias, anunciou que estava também em revisão a Lei do Petróleo, afim de contemplar a exploração de gás natural não convencional, por exemplo, o gás de carvão, assim como incluir a liquefacção do gás natural como operação petrolífera. **MV**

Doe Sangue e
salve Vidas...



Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (III)

Por Zito M. Campira

Dando continuidade ao assunto, analisemos alguns debates já havido em torno da indústria extractiva em Moçambique.

Debates sobre Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável

Apresentam-se aqui alguns debates sobre recursos naturais e desenvolvimento sustentável, começando pelo ponto de vista do Professor Jeffrey Sachs⁽¹⁾, seguido dos pontos de vista do Professor Carlos Nuno Castel-Branco⁽²⁾, a directora do Departamento Africano do Fundo Monetário Internacional, Antoinette Monsio Sayeh, Embaixador da Dinamarca em Moçambique e coordenador do G19, Morgens Pederser, e o Nobel da economia, Joseph Stiglitz. Na palestra organizada pela Universidade Eduardo Mondlane e a Associação Geológica Mineira de Moçambique (AGMM) no dia 22 de Julho de 2011, em Maputo, o Professor Jeffrey Sachs, disse o seguinte⁽³⁾:

- *Moçambique tem muitos recursos naturais que se forem bem usados poderão trazer um grande desenvolvimento para o País e, caso contrário, o mau aproveitamento traria muita pobreza, poluição ambiental entre outras questões negativas;*
- *Para que Moçambique faça bom aproveitamento dos recursos naturais que possui, tem de haver boa capacidade de liderança e que as decisões sobre o desenvolvimento do país devem ser feitas pelos moçambicanos, envolvendo também intelectuais;*
- *É uma questão política evitar possíveis erros e os Governos têm de saber qual é o retorno das receitas das empresas e isto depende das despesas fiscais;*
- *As Universidades também têm um papel importante para que haja um desenvol-*

vimento sustentável produzindo intelectuais com visão;

- *Moçambique tem de encontrar um meio-termo para obter bom retorno da exploração dos recursos minerais e que deve haver boa planificação ao nível do Governo, uma vez que o país precisa de grandes investimentos nas áreas de educação, saúde, saneamento, infra-estruturas básicas com financiamento público e deve-se planificar e orçamentar fazendo planos plurianuais;*
- *Deve haver clareza dos contratos feitos entre o Governo e as empresas mineiras (que não podem ser fechados). Tem de haver benefício mútuo entre as partes; e*
- *Moçambique e as empresas mineiras, têm de ter políticas que beneficiem a população.*

Por sua vez, o Professor Carlos Nuno Castel-Branco, no Workshop realizado entre 25 e 26 de Março de 2009, em Maputo, sobre *Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários*, referiu o seguinte:

- *Recursos naturais são renováveis apenas enquanto houver um equilíbrio entre a taxa de reprodução e a taxa de extracção (ou exploração) do recurso. No caso da maioria dos minérios e hidrocarbonetos, a taxa de reprodução é tão lenta e as condições necessárias à sua reprodução são tão extremas que, por simplicidade e definição, estes recursos são considerados não renováveis. Isto significa que a sua extracção contínua conduz, ao fim de um certo período e dada uma certa taxa de extracção e uma certa dimensão dos jazigos, o seu desaparecimento muito antes de a*

natureza conseguir recrear o recurso. Os recursos naturais não minerais, como as florestas e as reservas marinhas, reproduzem-se mais fácil e rapidamente pelo que podem ser considerados renováveis desde que as taxas de extracção não sejam superiores às de reprodução (Ollivier et al 2009);

- *Por outro lado, recursos naturais exploráveis, minerais, florestais, marinhos, etc., localizam-se frequentemente em áreas onde já há outras actividades económicas e sociais, onde vivem populações, onde actividades económicas alternativas à exploração dos recursos naturais podem ser desenvolvidas. Estas alternativas podem entrar em conflito com a exploração de recursos naturais, especialmente quando esta exploração gera externalidades negativas como poluição de água, solo e ar, desflorestamento, redução de biodiversidade, etc. (Ollivier et al 2009, Castel-Branco 2008);*
- *Neste contexto, pode-se derivar quatro conclusões lógicas sobre a utilização dos recursos naturais como fonte de crescimento e desenvolvimento, dependentes da extracção de recursos naturais, que é determinada pelo balanço entre extracção e a capacidade de reprodução dos recursos. Portanto, no caso da dependência em relação a recursos minerais e hidrocarbonetos, a estratégia é finita e, portanto, insustentável no tempo e do ponto de vista intergeracional. No caso da dependência em relação a outros recursos naturais, a sustentabilidade temporal e intergeracional da estratégia depende do maneio do recurso em causa (Ollivier et al 2009, Smith 1992);*
- *Como resultado da primeira conclusão, a segunda diz*



que uma estratégia de crescimento e desenvolvimento que numa fase inicial depende da extracção e exploração de recursos naturais tem que gerar um nível de excedente e receita social (apropriado pela sociedade) que permita realizar dois objectivos complementares. Por um lado, é necessário compensar a sociedade e a natureza pelos efeitos negativos potenciais da exploração de recursos naturais (grande potencial de instabilidade macroeconómica, poluição, esgotamento dos recursos, competição com actividades existentes ou alternativas podendo implicar que tais actividades deixem de existir ou nunca se concretizem, etc). Por exemplo, fundos de reserva destinados a compensar pela volatilidade dos preços de commodities, investimento em tecnologias mais "limpas" ou no maneio sustentável dos recursos em exploração, fundos adequados para financiar a realocação de comunidades, etc., são formas de utilização de receitas para compensar pelas externalidades negativas da exploração dos recursos naturais. Estas externalidades devem ser assumidas (internalizadas) pelas empresas que as criam e, por isso, o seu custo não deve ser deduzido dos royalties ou de outros impostos sobre rendimento devidos (Castel-Branco 2008, Smith 1992);

- *Por outro lado, o excedente e as receitas de exploração dos recursos naturais devem, sobretudo, ser aproveitados por via fiscal*

Doe Sangue e salve Vidas...



Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (III) - Cont.

(impostos sobre o rendimento do capital e royalties), para financiar a criação de oportunidades alternativas de desenvolvimento que diversifiquem a base produtiva, comercial e tecnológica e alarguem a base social e regional de acumulação⁽⁴⁾;

- *A extracção e exploração de recursos naturais tem o potencial de destruir modos de vida e impedir o aproveitamento de oportunidades alternativas de desenvolvimento. Por exemplo, o delta do Rio Zambeze é um campo de competição e conflito entre o potencial e actividades agrárias, marinhas, florestais e minerais, e entre estas e diferentes modelos de turismo. Em alguns casos, a solução deste conflito requer a escolha entre uma actividade ou outra; e*
- *A extracção e exploração de recursos naturais levanta questões concretas sobre a sustentabilidade ambiental que estão relacionadas com as oportunidades de desenvolvimento intergeracionais.*

Em entrevista ao Jornal o País, em Maputo, no dia 25 de Janeiro de 2012, a directora do Departamento Africano do Fundo Monetário Internacional, Antoinette Monsio Sayeh, recomendou o seguinte:

- Que Moçambique deve introduzir políticas que melhorem o aproveitamento das potencialidades em recursos naturais para melhorar o nível de vida da população;
- Que tem de haver uma maior interligação entre o sector da indústria extractiva e outros sectores da economia;

- Que no país deve haver políticas claras de criação de emprego através da aprovação de leis que promovam a utilização de capital intensivo;
- Que no país deve haver a preparação das Pequenas e Médias Empresas para que estejam em posições de fornecer serviços aos grandes projectos; e
- Que o Governo deve maximizar a arrecadação de receitas provenientes da exploração dos recursos naturais e aplicar em acções prioritárias para redução da pobreza das populações.

Em entrevista ao Jornal Savana no dia 15 de Junho de 2012, (n.º 962, p.4), o Sr. Morgens Pederter, embaixador da Dinamarca em Moçambique e coordenador do G19, referiu o seguinte:

- *A conferência Nórdico-Moçambicana analisou como um dos temas principais, a gestão dos recursos naturais para promover um crescimento inclusivo. Uma conclusão crucial foi de que o sistema de tributação dos mega-projectos da indústria de extracção deve contribuir significativamente para o aumento das receitas tributárias;*
- *Deve-se adoptar um regime tributário da actividade extractiva claro e transparente aplicável a todas as empresas e evitar as múltiplas isenções individualizadas;*
- *É importante melhorar a transparência em volta da tributação e pagamentos de impostos dos mega-projectos;*
- *Sendo o Parlamento um órgão que congrega várias sensibilidades, e por ser o poder que representa os moçambicanos, é importante que também participe com o Governo na formulação de políticas relaciona-*

das com os grandes projectos, incluindo as matérias relacionadas com a tributação dos mega-projectos;

- *O Governo não pode fechar este dossier sozinho, a sociedade civil também deveria ser incluída neste debate. A junção de várias sensibilidades na elaboração de políticas sobre os grandes projectos poderia tornar o processo mais transparente e credível;*
- *Existe um grande potencial dentro dos grandes projectos que devidamente aproveitados pode aumentar substancialmente as receitas do Estado. Há condições para que dentro de alguns anos, Moçambique reduza substancialmente a dependência externa;*
- *Moçambique tem registado alguns progressos em matérias de transparência. Contudo, há necessidade de se continuar a trabalhar. Uma das formas passa por tornar público todos os contratos celebrados com as multinacionais que exploram os recursos;*
- *A Dinamarca contribui, anualmente, com cerca de 80 (oitenta) milhões de dólares norte-americanos para o Orçamento do Estado moçambicano;*
- *Espera-se que com a descoberta de mais recursos naturais no país, quer no sector mineiro bem como energético, contribua para o bem-estar de todos os moçambicanos. Temos casos de alguns países africanos muito ricos em recursos naturais, mas que as receitas que provém da exploração dos mesmos beneficiam uma minoria e a maioria da população continua numa situação de pobreza extrema;*
- *Moçambique deve aprender das experiências más de outros países e evitar que isso aconteça aqui. É importante estabelecer*

“Leia e Divulgue o MAIS-VALIA”

ligações entre as actividades dos mega-projectos com o resto da economia para se evitar que haja ilhas de riqueza isoladas num mar de pobreza.

Na palestra organizada pelo Centro de Integridade Pública, em Maputo no dia 12 de Julho de 2012, o Nobel da economia, Joseph Stiglitz, no tema sobre “O Boom dos Recursos Naturais em Moçambique. Como Evitar a Maldição dos Recursos” referiu o seguinte⁽⁵⁾:

- *Moçambique deve aproveitar as vantagens dos recursos naturais, criando emprego e principalmente promovendo a diversificação da economia, usando os recursos para a educação e infra-estruturas. Não é linear, não é fácil, mas há países que conseguiram, temos que ser persistentes, algumas coisas serão mais rápidas que outras, mas temos que ter a esperança no sucesso;*
- *Os cidadãos têm o direito de saber como os contratos petrolíferos e mineiros estão a ser efectuados, e quem participa activamente nessas promoções e onde o dinheiro está a ser aplicado;*
- *Moçambique deve estar “consciente dos problemas” que outros países tiveram após a descoberta de recursos naturais, para tirar vantagens dessa riqueza;*
- *Se tiverem consciência dos perigos de usar mal o dinheiro dos recursos naturais, vão geri-lo melhor. Há que manter a transparência e assegurar uma forte base democrática;*
- *Em muitos casos a descoberta de recursos naturais resultou em ausência de crescimento sustentável e*

Doe Sangue e
salve Vidas...



Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (III) - Cont.

altos níveis de desigualdade social e falta de crescimento de emprego;

- *O Estado moçambicano deve assegurar que o crescimento económico não se baseie apenas nos recursos naturais, mas “num crescimento económico de base alargada”.*

O Jornal o País de 13 de Julho de 2012, (n.º 1328, p.6), afirma ainda que este académico referiu o seguinte:

- *A presença de recursos naturais no país pode produzir o contrário da tão esperada prosperidade social e económica, chegando a elevar as taxas de desemprego e da pobreza, caso determinados cuidados de política económica não sejam tomados, entre os quais manter taxas de câmbio baixas e investir em outros sectores fundamentais para a economia, como é o caso da agricultura;*
- *Há muito optimismo em relação às grandes descobertas de gás em Moçambique nos últimos tempos, mas a experiência internacional mostra que a maior parte dos países ricos em recursos tende a ter mais desigualdades sociais e crescimento económico lento, quando comparados com os países que não tem recursos naturais;*
- *Se se criar uma sociedade igual, ter-se-á um crescimento económico sólido, como acontece com o Reino Unido e os países da Escandinávia (Finlândia, Noruega e Suécia);*
- *É também importante que o país reinvesta os recursos adquiridos da exploração mineira em outros sectores produtivos, porque, “se Moçambique retirar os rendimentos e não investir, vai empobrecer”;*

- *Que não é possível maximizar os proveitos da existência de recursos minerais sem que os contratos de exploração sejam vantajosos de ponto de vista de receitas. Quando se reconhece que os contratos não são justos, eles são renegociados, e há exemplos de sucesso nesse aspecto (casos do Botswana e Austrália). É também importante que Moçambique tome como modelo os casos que se destacaram por celebrar contratos vantajosos com empresas mineiras, como o Botswana, e os que melhor gerem os recursos minerais, casos da Noruega, Malásia, entre outros;*
- *O Banco Central e o Governo devem criar um regulamento que visa incentivar os Bancos Comerciais a emprestarem dinheiro às Pequenas e Médias Empresas (PME);*
- *A presença de riqueza cria, igualmente, uma ilusão na avaliação do crescimento económico. Muitos países incluindo Moçambique, dão ênfase à medição da riqueza através do Produto Interno Bruto (PIB), ao invés do rendimento das pessoas. O PIB não é um melhor método para medir o desempenho da economia, porque esconde muitas particularidades importantes, existem muitos casos em que o PIB pode aumentar e o bem-estar das pessoas reduzir.*

O Nobel de Economia faz esta última afirmação porque, por exemplo as exportações são uma das componentes que tem influência positiva no PIB, que no caso de Moçambique, apenas o Alumínio da Mozal em média anual representa cerca de 55,2% das exportações globais.

Política de Tributação de Recursos Minerais e Hidrocarbonetos

Quanto à tributação dos Recursos Minerais e Hidrocarbonetos, efectuou-se a revisão, por um lado, das políticas tributárias de alguns países africanos, começando pela experiência de Angola, seguido da experiência do Botswana, de alguns países da SADC, e outros países do mundo. Por outro lado, efectuou-se um estudo comparativo da Tributação de Recursos Minerais e Hidrocarbonetos na

Em Angola

O Banco Mundial afirmou que, os indicadores macroeconómicos em Angola têm registado uma melhoria significativa nos últimos anos, como resultado de uma economia mais estável. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto que desde 1995 manteve uma média anual de 6,6% alcançou 11% em 2001, e aumentou para 18% em 2005, como resultado do aumento das receitas petrolíferas (Silva P.F., 2006). Porém, nos anos seguintes a economia angolana foi duramente atingida pela queda dos preços do petróleo e da procura, tendo a taxa de crescimento do PIB real contraído para 13,3% em 2008 e 2,4% no ano de 2009, finalizando com uma recuperação para 3,4% no ano de 2010⁽⁶⁾. Os impostos sobre a superfície estão fixados entre 1 e 3 dólares norte-americanos por hectare, anualmente, aquando da concessão inicial, e de 3 dólares norte-americanos na renovação da licença de prospecção. É ainda devido o pagamento de uma quantia aquando da concessão de direitos de mineração com base na dimensão e no valor do Projecto⁽⁷⁾. Além do sector de hidrocarbonetos, Angola possui numerosos depósitos minerais, incluindo minério de ferro, ouro, fosfato, manganês, cobre, chumbo,

zinco, estanho, volfrâmio, tungsténio/vanádio, titânio, cromo, berílio, caulim, quartzo, gipsó, mármore, granito, e urânio. Contudo a extensão total destes recursos ainda não se encontra totalmente avaliada. Deste a independência, a actividade mineira foi limitada aos diamantes e, numa menor escala, à extracção de mármore e granito. As políticas fiscais foram reformadas para fomentar o investimento privado no sector da mineração⁽⁸⁾. A SONANGOL fundada em 1976, assume-se como a única concessionária nacional, sob a forma de Empresa Pública e tem como objecto fundamental garantir ao Estado o máximo de benefícios provenientes das actividades petrolíferas. Na qualidade de única concessionária ela estabelece parcerias com outras empresas Multinacionais petrolíferas, através de contratos de partilha de produção e associação em participações “Joint Ventures” (Walter, L.F.da Costa, 2008). Em Angola o sector do Petróleo representa parte significativa do Produto Interno Bruto (PIB) e das receitas fiscais, assiste-se hoje uma tendência crescente do sector bem como das receitas geradas no mesmo. Antes da independência a produção do petróleo era aproximadamente de 100.000 barris por dia, actualmente o País produz cerca de 1,7 milhões de barris por dia, houve um aumento significativo na produção petrolífera. Angola possui potencialidades estimadas em 40 biliões de barris segundo estudos geológicos (Chimpolo, João .M.F., 2009). Segundo Pedro F.S. (2006), o sector de petróleo tornou-se a principal fonte de receitas de exportação e a maior fonte de receitas fiscais do Governo. A produção de petróleo em Angola correspondeu a 61% do PIB

Doe Sangue e
salve Vidas...



Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (III) - Concl.

www.at.gov.mz

em 2001 (OMS, 2005b), e em 2005 representou 56,3% do PIB (UNCDF e PNUD, 2006). O diamante e outros recursos minerais representaram 2,90% do PIB em 2005. (continua na próxima edição).

Algumas fontes consultadas:

Centro de Integridade Pública (2011). Indústrias Extractivas em Moçambique. Disponível em: <<http://www.cip.org.mz/cipie/index.asp?doctype>>.

Acesso em: 2 de Agosto de 2011.

Chimpolo, João Maria Funzi, (2009). Impacto do Petróleo no Crescimento Económico de Angola. Disponível em: <<http://pt.Scribd.com/>>. Acesso em: 15/03/12.

Corporate income tax. Disponível em: <<http://www.internationalexerts.com>>. Acesso em 02/06/12.

Delivering expert Knowledge. Disponível em: <<http://www.internationallawoffice.com>>. Acesso em 02/06/12.

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social. Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários. Disponível em: <<http://www.iese.ac.mz/>> Acesso em: 11/08/12.

International Development Research Centre, (2004). Mining and Sustainable Development Series N° 2: Mining Royalties. Brasil.

International pricing of emerging market corporate debt: does the corporate matter? Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2010/wp1026.pdf>>. Acesso em: 07 de Julho de 2011.

KPMG (2010). Legislação Fiscal. 3ª ed. Maputo: Plural edito-

res.

Lei n.º 10/04. Das Actividades Petrolíferas. Diário da República - I Série - N° 91. Sexta Feira, 12 de Novembro de 2004. Órgão Oficial da República de Angola.

Lei n.º 11/04. Sobre Regime Aduaneiro Aplicável ao sector Petrolífero. Diário da República - I Série - N° 91. Sexta Feira, 12 de Novembro de 2004. Órgão Oficial da República de Angola.

Lei n.º 13/04. Sobre a Tributação das Actividades Petrolíferas. Diário da República - I Série - N° 103. Sexta Feira, 24 de Dezembro de 2004. Órgão Oficial da República de Angola.

Ministério dos Recursos Mineiros (2009). Legislação Mineira de Moçambique. Maputo.

Natural Resource Investment and Africa's Development. Disponível em: <<http://www.christianaid.org.uk/Images/breaking-the-Curse.pdf>>.

Acesso em: 07 de Julho de 2011.

Nuno Castelo Branco & Paul Collier (2011). Indústria extractiva e políticas de investimento. Que ganhos para África? Disponível em: <<http://intelectualismoadministrati.blogspot.com>>. Acesso em: 15 de Julho de 2011.

Walter, Luís Fernando da Costa, (2008). O Papel e Contributo do Sector dos Petróleos de Angola no Desenvolvimento Socioeconómico do País.

Pedro Ferreira da Silva, (2006). BPI Estudos Económicos e Financeiros. Disponível em: <<http://www.Caaei.org/Angola-Junho.pdf>>. Acesso em 15/03/12.

Notas do texto:

(1) Professor da Universidade da Columbia, EUA, e Conselheiro do Secretário-Geral das Nações Unidas.

(2) Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane e ex-Director do Instituto de

Estudos Sociais e Económicos (IESE).

(3) Jeffrey Sachs sugere renegociação dos Mega Projectos. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz>>. Acesso em: 20/12/11.

(4) *Esta necessidade de diversificação e alargamento da base de acumulação é causada por cinco considerações fundamentais: (i) a dependência de recursos naturais tende a tornar a economia volátil e vulnerável por causa da volatilidade dos preços de commodities, do excesso de exposição da economia a mercados internacionais e da concentração da capacidade e energia produtivas e comerciais num pequeno leque de actividades vulneráveis a esses mercados. Por outro lado, a diversificação permite não só amortecer as crises dos mercados de recursos naturais mas, sobretudo, permite gerar outras oportunidades de desenvolvimento para além dos limites de explorar recursos naturais (Castel-Branco 2008b, 2004a, 2004b e 2002a); (ii) a sustentabilidade temporal e intergeracional das estratégias de desenvolvimento requer que alternativas aos recursos naturais sejam criadas para que as oportunidades e condições de desenvolvimento das futuras gerações sejam melhores que as actuais (Ollivier et al, Smith 1992, Castel-Branco 2009); (iii) a diversificação e alargamento da base produtiva podem acelerar o crescimento e transformação da base económica, adicionar mais valor aos recursos e gerar um modo de crescimento mais eficaz na redução da pobreza (Cramer 1999, Wuyts 2003, Virtanen and Ehrenpreis 2007 e Castel-Branco 2008b); (iv) uma base produtiva e comercial mais diversificada gera novas oportunidades e procura por qualificações, habilitações e capacidades tecnológicas, as quais geram novas oportunidades de diversificação (Cramer 1999, Hidalgo et al 2007); e (v) uma base mais diversificada e alar-*

gada de acumulação pode gerar diferentes pressões políticas e reduzir o poder das grandes empresas de recursos naturais (Smith 1992, Castel-Branco 2004a, 2004b e 2002a). Portanto, a retenção na economia de parte significativa da riqueza gerada pela extracção e exploração de recursos naturais pode ajudar a transformar as bases e dinâmicas económicas, sociais e políticas (Castel-Branco e Cavadas 2009, Castel-Branco 2008b).

(5) Nobel da Economia alerta para problemas associados a descoberta de riquezas naturais. Disponível em: <<http://www.circuloangolano.intelectual.com>>. Acesso em: 13/07/12.

(6) Angola. Visão global. Disponível em: <<http://www.africanecomomicoutlook.org>>. Acesso em: 03/04/12.

(7) <http://www.bancokwanzainvest.com>. Acesso em: 24/03/2012.

(8) <http://www.bancokwanzainvest.com>. Acesso em: 24/03/2012.

Sobre o Autor: Zito Manuel Campira é Mestre em Gestão de Políticas Económicas, grau obtido após um longo percurso técnico-profissional e académico nas áreas da contabilidade, gestão e técnica aduaneira. Quadro das Alfândegas de Moçambique desde finais de 1993, desempenhou as suas actividades em várias estâncias aduaneiras, com destaque para a chefia do Terminal Internacional Rodoviário-TIRO, na Alfândega de Maputo; do Terminal Internacional Ferroviário-TIFER II e as funções de Sub-Chefe da Secretaria de Despacho na Alfândega de Maputo, de 1997-2004. Consta também no seu vasto curriculum as funções de técnico na Divisão de Mega Projectos e Instituições Financeiras da Direcção Geral dos Impostos até Outubro de 2011, na Divisão de Estudos do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional da AT até 2013 e agora

Doe Sangue e
salve Vidas...



Tributação de Mais-valias: Teoria e Prática e o caso de Moçambique (I)

por Domingos Muçonto



Introdução

Uma substancial base tributária inerente a todas as fases da cadeia de valor deste sector é constituída pelas *mais-valias* resultantes de transacções ou transferências de activos e direitos detidos sobre os contratos de exploração dos recursos, das concessionárias e outros que detém directa ou indirectamente⁽¹⁾ direitos ou interesses, para terceiros parceiros.

As transacções entre entidades que detém indirectamente os activos ou direitos são de difícil controlo, exigindo a colaboração de várias instituições nacionais e internacionais. Para ilustrar o quão complexo e desafiante é a monitoria desta malha de redes de controlo de direitos sobre os contratos de concessões, vejamos o exemplo a seguir, que já ocorreu em Moçambique: Se Y (entidade não residente) detém 50 por cento de uma entidade não residente Z (domiciliada num terceiro país), e Z deter 30 por cento da entidade X, entidade do país de origem, então Y será considerada deter indirectamente 15 por cento

de X, e uma venda de 10 por cento ou mais das acções em Y estará sujeita a tributação pelo país de origem (Griffith, R. Hines, J. and Peter Birch Sørensen, P. B., 2008). *Daí que as regras de propriedade construtivas atribuem o direito de propriedade de pessoas ligadas ao vendedor para que a mudança de propriedade dentro do grupo de empresas não possa ser usada para evasão do imposto.* Uma amostra que pode ajudar a evidenciar o quão significativo

que muitas vezes representam as bases tributáveis decorrentes das mais-valias resultantes de transferências de acções e participações em licenças ou contratos de pesquisa e produção de hidrocarbonetos, é apresentada abaixo.

A coluna de “ganhos” mostra valores que atingem os \$ 22.500 milhões de dólares numa operação, que representam os lucros reais da fase da cadeia do EPC, pois estes valores resultam do valor do activo deduzidos os custos de investimento realizado até o momento da transacção.

acordo relativo à operação que é prática da indústria do petróleo, consistirá normalmente na realização de uma obrigação de trabalhos específicos, do qual resultarão retornos, conhecidos também como ganhos pela obrigação, realizada na perfuração de um ou mais poços”.

O Departamento de Energia (Petróleo e Gás) da Nigéria definiu as “Ofertas de *farm-in*, como sendo um termo da indústria petrolífera para designar as transacções onde uma *empresa A*, não detentora num dado momento, de um direito ou interesse numa particular área

a vigência do contrato de concessão”. Desta abordagem depreende-se, portanto, que *farm-in* é uma forma de aquisição de um interesse de licença e, o *farm-out* é uma maneira de descartar um interesse de licença (Akinjide, 2010). Algumas outras formas de transferência (compra e venda) de licenças ou interesses, descritas brevemente são as seguem:

Aquisições de Acções

Em termos de documentação este é geralmente o método

mais fácil de aquisição de uma participação na licença porque o comprador adquire as acções da empresa que detém o interesse de licença. Por outro lado, com uma aquisição de activos, haverá toda uma série de tramitação documental (que vai aumentar em função do número de licença que os interesses estão a ser transferidos requerem), incluindo as cessões de interesses, atribuições de licença, inovações de acordos

de concessão petrolífera, pode adquirir uma participação de um dos licenciados”. As transferências de interesses são geralmente feitos em troca de exploração ou outros compromissos.

Uma alteração feita a um decreto nigeriano sobre petróleo em 1996 (Decreto No.23) previu que o “*farm-out* significava “um acordo entre o titular de uma concessão de um minério ou campo de petróleo ou gás e um terceiro que permite a este último pesquisar e explorar o minério ou petróleo encontrado numa área especificada durante

dos operacionais, contratos de transporte, acordos de extracção do petróleo, e os contratos de venda de petróleo ou gás, etc. Esta operação é burocraticamente mais fácil quando ocorre entre empresas privadas, bastando que os accionistas da empresa alvo estejam dispostos a vender, enquanto quando envolvem entidades públicas a mecânica da operação pode necessitar de passar procedimentos legais mais complexos.

Algumas operações de transferência de direitos sobre licenças de recursos naturais 2004-2009

Companhia	País	Ano	Ano da Operação	Capital Investido	Valor do Activo	Ganho \$m	Rácio de retorno
Burrenenergy	Congo Turkistan	2007	6	139	3.500	3.361	252
Emerald	Syria Columbia	2009	11	725	867	794.5	120
Heritage	uganda	2009	11	150	1.450	1.300	9.0
Addax	W Africa Kurd	2009	15	848	7.222	6.374	8.5
Kosmos	Ghana	2009	5	500	4.000	3.500	8.0
Langanyika	Syria	2008	9	331	1.930	15.999	5.8
Arrow	Austrália	2010	7	615	3.100	2.485	5.0
Venture	UK	2009	10	477	2.081	1.604	4.4
Rift oil	PNG	2009	5	45	184	139	4.1
ATO	USA	2009	23	8.500	31.000	22.500	3.6
Revus	Noruega	2008	5	201	720	519	3.6
Indago	Oman	2007	2	112	374	262	3.3
Intrepid	UK	2004	7	300	1.000	700	3.3
Plectrum	Tunisia	2007	2	17.5	46.8	29.3	2.7
Medoil	Tunisia	2007	2	10	25	14.68	2.5
Hardman	Global	2006	10	455	1.100	645	2.4
Imperial	Rússia	2008	4	1.039	2.100	1.061	2.0
Verener	Liba	2009	4	177	344	167	1.9
Wham	UK	2007	2	20	28	8.4	1.4
Granby	UK	2008	6	33.8	45	11.2	1.3
Firstcalagary	Argélia	2008	11	831	865	34	1.0
Genesis	Noruega/UK	2009	4	46	24	-21.7	0.5
Bow Valley	UK	2009	9	190	35	-155	0.2
Oilexco	UK	2009	9	539	27	-512	0.1

Fonte: (Mvers, 2010) in "Selling Oil Assets in Uganda and Ghana-A Taxing Problem"

Uma visão geral sobre as transferências de activos e direitos sobre as concessões

Um guião didáctico para o sector de petróleo e gás, Daintith & Willoughby - Reino Unido e a Lei do Petróleo e Gás (segunda edição), define a transferência de direitos de uso/exploração de recursos naturais como: "Um *farm-out* que é um acordo pelo qual um terceiro concorda em adquirir a partir de um ou mais, dos actuais detentores do interesse numa licença de pesquisa e produção. Este

Tributação de Mais-valias: Teoria e Prática e o caso de Moçambique (I) - Cont.

“Leia e Divulgue o MAIS-VALIA”

Uma diferença óbvia entre uma aquisição de partes e um *fam-ín* é que na aquisição de acções, o comprador está compra tudo dentro da empresa alvo, o que pode incluir uma série de filiais envolvidas em qualquer conjunto de actividades além da pesquisa e produção de petróleo e gás, a sua história fiscal, seus activos e passivos, etc.

Swaps (Trocas)

Estes envolvem a troca de activos (com ou sem um elemento financeiro) em oposição a, por exemplo, uma parte em numérico. Este método de aquisição de uma licença ou interesses é particularmente popular, onde as partes envolvidas tem dificuldades financeiras e também é uma maneira popular de racionalizar uma carteira de activos, a fim de se concentrar em áreas de especial importância estratégica para a empresa. Outro aspecto importante dos *swaps* é que eles são uma forma de evitar as cláusulas ou condições de preferência dos parceiros para exigir qualquer dos seus participantes informe a estes de que quer vender ou desfazer-se da sua participação na licença para um terceiro, e ter como primeira opção os seus parceiros.

Concursos Públicos de Licenciamento

A maneira mais simples, talvez, é através de concursos públicos de licenciamento conduzidos pelo governo anfitrião (Ministério ou entidade competente). No entanto, devido a várias razões, algumas das quais políticas, podem entrar em jogo na decisão sobre quem

fica com o quê, isso pode resultar em especulações diversas, como habitualmente acontece. Quatro aos aspectos básicos que caracterizam as transferências de direitos ou interesses nas concessões de recursos naturais podem ser sublinhadas as seguintes: Em *primeiro* lugar, uma empresa ou entidade (vendedor) tem interesses ou direitos numa licença. Em *segundo* lugar, uma outra empresa (comprador) compromete-se a pagar ao vendedor os custos para uma determinada actividade, geralmente, um bem, um programa de actividades sísmicas e geológicas, etc. Em *terceiro* lugar, a troca, a transferência dos interesses ou direitos do vendedor para o comprador. Em *quarto* lugar, o vendedor retém parte de seus interesses.

Algumas questões que podem motivar as operações de transferência de activos e direitos

De um modo geral, as empresas são motivadas a fazer as transferências de direitos nas concessões por várias razões, algumas das quais podem ser:

- Mobilização de novos recursos para prosseguimento dos projectos;** muitas vezes devido à mudança das condições das diferentes fases, os recursos inicialmente projectados podem não ser os efectivamente necessários, daí a necessidade de recurso a várias formas de mobilização, sendo uma delas a transmissão de parte de interesses;
 - A **racionalização**, esta tem a ver com aspectos como; vendedores que podem querer se livrarem de área periféricas para as suas principais operações. Isto pode ser resultado de uma mudança de gestão ou quando uma empresa assume outra empresa e herda uma diversificada carteira
- Simples afinidade de associação de determinadas empresas ou grupos de empresas** para o aproveitamento de determinadas potencialidades de sinergias; isto pode ser conseguido através da compra dos interesses de um operador titular de licença ou aumentando o tamanho da própria participação para um nível em que um se tornará o operador;
 - A proximidade de locais de produção de infra-estruturas, plataformas e gasodutos;** também é um forte motivo para a procura de uma aquisição ou venda de interesses com uma vizinhança particular, especialmente se a empresa adquirente tiver interesses em infra-estruturas, plataformas ou *gasodutos*;
 - Aquisição de um "campo ou bloco de petróleo marginal".** Este foi um típico problema na Nigéria devido a uma situação em que o governo pretendo ver mais actividade de exploração em áreas que, devido aos dados disponíveis e/ou tamanho das mesmas, que não eram atraentes para as grandes companhias de petróleo;
 - Adequação de capacidades para levar a cabo, com melhor eficiência e eficácia, os projectos da licença,** esta motivação tem a ver com a necessidade de cor-

de área de concessão que podem exigir a consolidação com áreas particulares. Uma motivação adicional para racionalizar pode ser que o vendedor tenha um património pequeno assegurado numa concessão que terá um longo tempo de gestação, quase tanto como um outro muito maior. Muitas vezes, as empresas vão desfazer-se de activos que consomem tempo e esforço que considerem desproporcional ao seu valor, a fim de se concentrar interesses de tamanhos mais razoáveis.

recção da selecção inicial não devidamente acertada de concessionários, que pode ser minimizada o melhorada com a troca ou entrada de novas entidades na licença (Akinjide, 2010);

g. **Recuperação dos investimentos no fim de cada na fase da cadeia de valor:**

Esta última motivação é pouco referenciada na literatura existente, pelo menos explicitamente. Mas olhando para os momentos em que frequentemente ocorrem, **depois da pesquisa e avaliação das reservas** pode-se concluir que em decorrência por um lado, da necessidade de especialização dos trabalhos de perfuração, recolha e análise de dados geológicos e sísmicos e avaliação de reservas, (fase que permite o aferição do real **valor** do campo ou bloco, reduzindo a incerteza inicial) e por lado da compensação destes trabalhos (geralmente contratados/subcontratos pelo detentor do E&P), no final da fase os concessionários das licenças realizam estas operações para recuperarem e obterem lucros ou ganhos antes do fim do ciclo do E&P, ganhos antecipados que podem ser significativamente muito superiores aos que podem ser apresentados no final.

De facto há que notar que a licitação dos blocos é feita na base de informações preliminares e simples expectativas, pelo que se pode considerar como uma “venda de uma floresta que somente se suspeita que tenha rinocerontes e elefantes sem saber em que quantidades”, por isso os valores que são oferecidos e pagos tem pouco a ver com os recursos encontrados quando as pesquisas são bem sucedidas. Depois da avaliação das reais reservas, os concessionários realizam uma licitação baseada nesta informação e deste modo as ofertas

www.at.gov.mz

Doe Sangue e salve Vidas...



Tributação de Mais-valias: Teoria e Prática e o caso de Moçambique (I) - Cont.

www.at.gov.mz

para a “florestas de milhares de elefantes e rinocerontes” podem dar lugar a ganhos extraordinários, que a escaparem da tributação (no momento da sua obtenção) poderiam nunca mais serem integralmente declaradas. Portanto, os argumentos que tentam defender a não tributação destes ganhos sob pretextos de o fazer no final, parece não somente pouco justos, pois a partilha de benefícios deve ser feita em cada momento em que são obtidos por razões de consistência temporal; mas também porque dada a complexidade da gestão e controlo dos custos que entram na determinação dos lucros finais, as administrações tributárias poderiam fracassar, sobretudo dos países menos desenvolvidos, em conseguir tributar eficazmente estes ganhos.

Principais tipos ou formas de transferência de direitos e licenças de concessão

As diferentes formas de concessão da exploração de hidrocarbonetos estão relacionadas principalmente, com as disposições do acordo e natureza das obrigações do concessionário (vendedor dos interesses ou direitos). Existem direitos de exploração, em que a licença envolve a realização de trabalhos sísmicos, a perfuração de poços e sua avaliação (actividades de empresas especializadas na primeira cadeia de valor do sector de hidrocarbonetos), que podem ser feitos por terceiras empresas (contratadas/subcontratadas), pelos próprios operadores ou através de cada empresa separadamente ou apenas por uma delas. O elemento-chave é a aquisição da capacidade ou direito de tornar-

*“Leia e Divulgue
o MAIS-VALIA”*

se parte no acordo de operação conjunta e de participar em quaisquer eventuais actividades de desenvolvimento, e poder influenciar o desenvolvimento através do processo de decisão estabelecido no acordo de operação conjunta.

Existe a transferência de “direitos de desenvolvimento” onde a dinâmica comercial determina essencialmente a forma e medidas de partilha de risco e recompensa do adquirente. O vendedor terá estabelecido que há depósitos de petróleo e de gás comercialmente viáveis e será na venda de alguns dos seus interesses, onde normalmente a obrigação de executar a totalidade ou parte do trabalho de desenvolvimento será transferida.

Uma outra forma usada no contexto do Reino Unido na indústria do petróleo e gás, aspecto também considerado em Moçambique, é a transferência sujeita ao consentimento do governo ou entidade competente deste, esta difere de uma normal aquisição apenas por estar condicionada ao consentimento ou autorização para que o adquirente seja considerado na concessão ou licença.

Segundo os termos deste acordo, os adquirentes devem executar qualquer obrigação que é necessário para realizar, mas não vai receber a aprovação do governo até que os trabalhos previstos no programa acordado estejam completos. A justificativa para isso é que o concessionário original deve assegurar que o programa de trabalho que submeteu ao governo anfitrião no acto da licitação da licença, seja cabalmente executado antes que ele possa usar a licença para fins comerciais.

Nestas práticas, em casos de rejeição da transacção, o acordo prevê que o vendedor reembolsará parte ou todos os custos depois da transacção abortada. Esta modalidade, ao carecer do aval do governo, obriga aos operadores licenciados que pretendam transaccionar direi-

tos de licenças a consultar a entidade competente e relevante do governo no estágio inicial da negociação deste tipo de acordo. Com isso o governo vai estar ao corrente da operação e de aspectos relevantes para tributação como; a identidade do adquirente (na alguns casos, a sua nacionalidade), a sua solidez financeira e a sua capacidade técnica. Neste processo podem ser asseguradas certas condições dos adquirentes como; a evidência de competência técnica e capacidade financeira, etc.

O debate e prática da tributação dos ganhos de capital ou mais-valias

Tal como foi discutido anteriormente, duas abordagens possíveis para a tributação dos ganhos obtidos com as transferências de licença, são comumente discutidas e existem na prática:

- a. ***Ignorar a tributação dos dividendos e ganhos de capital tanto ao vendedor e como ao comprador.*** Esta abordagem é administrativamente conveniente e tem a vantagem de não desencorajar as transferências de propriedades para os compradores que estão melhor colocadas para desenvolver os projectos de forma eficiente. Sua principal desvantagem pode ser o perceptível custo político envolvido em permitir que possivelmente somas muito grandes, atribuível aos recursos naturais do país, possam sair sem serem tributadas. Noruega adoptou essa abordagem. No entanto, se os ganhos fiscais obtidos pelo vendedor e comprador permitir uma dedução correspondente, a abordagem aplicada em Angola, o imposto pago é neutra do ponto de vista fiscal.
- b. ***Tributação destes no***

Doe Sangue e
salve Vidas...



momento da sua percepção.

Não há sombra de dúvidas de que a sua tributação pode produzir uma significativa vantagem de fluxos de receitas no tempo para o governo desde que o ganho do vendedor seja tributado imediatamente, e a dedução do comprador, por via de amortizações, estende-se por vários anos. É referido, por alguns autores, que esta vantagem de fluxo de caixa ao governo representa uma perda para o comprador e vendedor em conjunto e pode impedir transacções destinadas a racionalizar os direitos da concessão. Sob esta abordagem, os ganhos do vendedor são tributados mas os direitos do comprador deduzidos como custos da aquisição. A prática no Reino Unido é um exemplo, e isso possibilita efectivamente uma fatia de imposto adicional das receitas geradas pelos projectos.

Quatro questões da controvérsia em volta da problemática de tributar as mais-valias no momento das suas obtenção e permitir a sua dedução como custo operacional na determinação de lucro, ou simplesmente tributa-las com os lucros (caso de Noruega), podem ser destacadas:

- i. Que os ganhos são rendimentos “económicos” cuja tributação assegura a participação, do país nos benefícios dos seus recursos naturais, uma vez que a deixar para o final da cadeia poderiam escapar;
- ii. Que a sua tributação no momento da transacção antecipa o encargo do investidor, questão bastante discutível, pois para os países com fraca capacidade

Tributação de Mais-valias: Teoria e Prática e o caso de Moçambique (I) - Concl.

Doe Sangue e
salve Vidas...



de controlo e monitoria, deixar para o final da cadeia acarreta o risco de evasão/fraude fiscal decorrente da complexidade de gestão dos elementos intervenientes na determinação do lucro, tais são os casos dos juros, preços de transferência, etc.;

- iii. Que a tributação destes ganhos garante que o país possa perceber o benefício ao mesmo tempo que o vendedor (que muitas das vezes é parte da “contratada” inicialmente);
- iv. Que uma das razões destas transacções pode ser a recuperação de custos de cada fase da cadeia de valor do E&P⁽¹⁾ e/ou entrada de operadores especializadas na fase seguinte;
- v. Que a não tributação destes revela-se administrativamente conveniente e tem a vantagem de não desencorajar as transferências de propriedades para os compradores que estão melhor colocados para desenvolver os projectos de forma eficiente e eficaz. A sua principal desvantagem pode ser o perceptível custo político envolvido em permitir que somas muito grandes, atribuíveis aos recursos naturais do país, possam sair sem serem tributadas.

A breve revisão teórica e das práticas internacionais revelou que alguns países (que são a maioria da amostra considerada) têm os seus regimes tributários gerais a preverem a tributação dos ganhos de capital, mas duvidando-se sobre a aplicação deste tratamento ao caso do sector de recursos naturais. Porém, outras abordagens que não tributar ganhos obtidos num sector e sobretudo os obtidos por entidades estrangeiras

seria um tratamento *discriminatório* que acarretaria não só perdas de receitas, mas também custos político-económicas. Sublinha ainda que historicamente os ganhos de não residentes vinham escapando da tributação, o que levou à adopção por muitos países de acordos para evitar a dupla tributação e de troca de informações relevantes para efeitos de tributação. Como resultado o actual Modelo de Tratados da OECD reconhece o direito dos países de localização de “*ativos móveis ou localizados*” tributar os ganhos atribuíveis a estes, sendo o caso dos recursos naturais incluído.

Evidências de disputas agudas opondo as administrações tributárias e as concessionárias de licenças ou detetores de participações ou direitos sobre estas, onde as primeiras reclamam o pagamento de impostos sobre os ganhos obtidos das transferências. Mas para estimular a memória do leitor na análise e percepção da realidade moçambicana, iremos trazer alguns casos de Moçambique. (cont. na próxima edição).

Nota sobre unidades numéricas usadas neste texto: De acordo com padrão numérico adoptado nos EUA e grande parte da América Latina, 1 bilião corresponde a um algarismo de 9 dígitos, Já no padrão europeu, igualmente adoptado por Moçambique, 1 bilião corresponde a um algarismo de 12 dígitos, ou seja, “um milhão de milhões”. Pelo que esta convenção deverá ser observada de acordo a origem da fonte citada.

Fontes Consultadas

Akinjide, A. (2010). *“Why Do Oil Companies Do Farm-Outs and Farm-In?”*. Lagos: Supreme Court of Nigeria.

Cottarelli, C. (2012). *“Fiscal Regimes for Extractive Industries: Design and Implementation”*. IMF, Prepared by the

Fiscal Affairs Department. INTERNATIONAL MONETARY FUND.

Griffith, R. Hines, J. and Peter Birch Sørensen, P. B. (2008). *International Capital Taxation*. London: IFS.

Myers, K. (2010). “Selling Oil Assets in Uganda and Ghana—A Taxing Problem”. London: Revenue Watch.

Natural Resource Charter. (2012). *Precept 3: “Fiscal Regimes and Contract Terms”*. Natural Resource Charter.

SKOULDIN, J. (2012). *CAPITAL GAINS TAXATION?*

Notas do texto

⁽¹⁾ Entende-se que uma entidade é detentora indirecta de activos ou direitos sobre uma concessão quando esta é detentora de partes sociais das detentoras directas; por exemplo, todos os accionistas das empresas detentoras dos contratos CPP ou EPC, residentes e não residentes detêm indirectamente tais contratos.

⁽²⁾ Esta é uma das razões pouco explorada pela literatura, mas a análise da cadeia de valor do sector da Industria Extractiva e da natureza de cada fase que exige conhecimento e tecnologias específicas que não podem ser detidas por uma entidade, e por outro a experiência mostra que normalmente, os processos de transacção de participações ocorrem maioritariamente no final da fase de pesquisa e prospecção e avaliação dos jazigos de recursos, permite concluir que o operador do EPC vai recuperando os investimentos de cada fase. Simplesmente, pelas vantagens que o EPC oferece da tributação dos lucros depois de recuperar todos os investimentos e prejuízos, os opera-

*“Leia e Divulgue
o MAIS-VALIA”*

dores acabam começando a partir os benefícios da exploração dos recursos com os governos quase no final das reservas, se isso chegar a ocorrer.

Sobre o Autor: Domingos João Metane Mucont, Licenciado em Economia (UEM) e Mestrando em Administração Pública pela Universidade de Alcalá de Henares e Instituto Nacional de Administração Pública de Madrid – Espanha, Doutorando em Economia do Sector Público (Certificado da fase presencial), tendo como áreas de investigação as ligadas a fiscalidade (Organização e Métodos das Repartições de Finanças, Desenho de sistemas tributários e justiça dos sistemas tributários na vertente de equidade horizontal, etc.), exerceu as funções de docente em tempo parcial na Faculdade de Economia da UEM, ISCTEM e USTM – Coordenador do Curso de Gestão, onde orientou vários trabalhos de investigação da área fiscal e tributária.

A sua experiência profissional está fortemente ligada a área tributária, tendo sucessivamente trabalhado no 1º Bairro Fiscal de Maputo (1988-2000), 2º Bairro Fiscal – Chefe Adjunto (2000-2004), Centro de Formação e Aperfeiçoamento Tributário - Coordenador (2005-2007), Unidade dos Grandes Contribuintes – Director Adjunto (2007), Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação – SP (2007-2010), Director de Serviços na DGI – DCAT (2010-2011), Delegado Provincial da AT (2011-2013). Outras actividades de referência podem ser a participação no grupo de trabalho de Desenho do Modelo Conceptual do SISTAFE e do plano Básico de Contabilidade Pública, na extinta UTRAFE, colaborador e colunista do Jor-

Entre Nós: Filipe Magaia

Entrevista conduzida por Ricardo Santos

Recebemos na nossa humilde sala de visitas, o colega Filipe Magaia, administrador de base de dados na Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicação, com quem tivemos dois dedos de conversa.

Mais-Valia (MV): Como é que Filipe Magaia se apresentaria a alguém?

Filipe Magaia (FM): Nasci na Cidade de Maputo, mas cresci em Namaacha donde vim para viver cá em 1998.

MV: No seu percurso profissional e antes de ser funcionário público, está uma passagem num casino de Maputo, poderia narrar-nos um pouco dessa sua experiência de vida?

FM: Sim, o meu primeiro emprego foi como *Croupier* no Casino Polana. Trabalhei lá de 2000 a 2004. É um trabalho interessante, onde se convive directamente com os jogadores/clientes. Conhece-se muita gente e de várias partes do globo. É uma profissão em que temos que estar sempre com cara simpática e tratar bem os clientes. É imperioso o conhecimento da língua Inglesa pois muitos dos clientes são estrangeiros. Quando os jogadores ganham, vêem-nos como heróis, mas quando perdem somos vistos como vilões.

MV: E que outros factos lhe marcaram também nessa fase de vida?

FM: Nesse período, o facto mais marcante foi o curso de Programação que fiz no Centro de Processamento de Dados (CPD) de 2001 a 2002. Trabalhava das 20h até às 2h da madrugada nos dias de semana e só chegava a casa perto das 3h. Tinha de estar na aula de Programação às 6.50h. Dormia somente 3 horas pois tinha de me levantar às 5.45h. Depois das aulas, dormia mais umas 2

horas, quando possível, pois havia sempre muitos trabalhos de casa para fazer de tarde. Das 16.30 às 18h estava sempre no ginásio. Acho que sem exercício físico regular talvez não tivesse conseguido aguentar este esforço durante dois anos. Foi uma verdadeira prova de esforço físico e emocional. Tinha o sonho de me tornar informático e queria pagar os estudos com suor próprio.

MV: Como é que se deu o ingresso nas Finanças, o que o motivou?

Conte-nos alguns episódios inéditos...

FM: Quando terminei o curso de Programação continuei a trabalhar no Casino. Em 2004, fui contactado pela Unidade Técnica de Reforma da Tributação Interna (URTI) que havia solicitado contactos de alguns programadores ao CPD. Fui convidado a trabalhar lá. Na altura fiquei na dúvida, porque a oferta salarial não era superior ao salário do Casino, mas eu acreditava que me poderia desenvolver como informático e fazer um curso superior. Acreditava que tinha futuro. Seria difícil fazer uma faculdade com um horário exigente como era o do Casino e por outro lado, queria abraçar a área. Aceitei o desafio e felizmente o que era sonho, acabou por se tornar realidade, visto que hoje apenas me falta uma cadeira para concluir a licenciatura de Administração de Sistemas e Tecnologias de Informação na Universidade São Tomás de Moçambique.

MV: Filipe Magaia cultiva hábitos desportivos. Alguma

razão em particular para esse culto do corpo são?

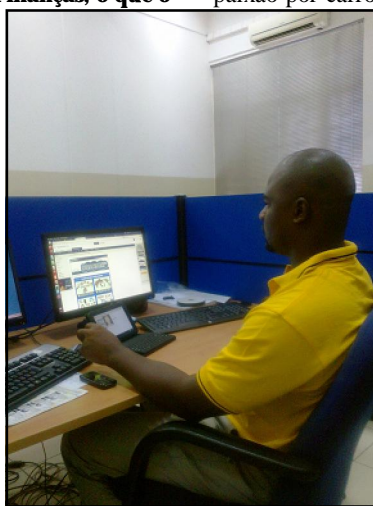
FM: Saúde e bem-estar. O exercício físico ajuda-nos na saúde e dá-nos boa disposição.

MV: ... ainda o vemos jogador numa das equipas da AT...

FM: Pode ser que sim!

MV: E os outros tempos livres, como é que são?

FM: Gosto de viajar e de conviver com pessoas. Tenho uma paixão por carros desportivos e pelo desporto automóvel em particular, como o drifting, drag racing e Fórmula 1.



Filipe Magaia aos comandos do SICR

MV: Quanto a gastronomia, como apreciador de boa culinária que é, arriscaria “pilotar” um fogão se fosse desafiado para isso?

FM: Confesso que não sou perito em cozinha, mas aprecio pratos saudáveis com baixo teor de gorduras. Poderia até aceitar o desafio, desde que não fosse para cozinhar caril de amendoim!

MV: Falando um pouco da vossa área profissional, pessoalmente, como vê o mercado das TIC em Moçambique? Há saídas profissionais? Vale a pena ser informático em Moçambique?

FM: Vejo que as TIC estão a ter muita adesão. Acho que falta ainda uma orientação para se saber o que é melhor para cada caso. Não basta ter o último grito de computadores e achar que está tudo bem. É crucial saber o que vamos lá instalar e para quê. Saber o que é o melhor para o ramo em que estamos e sobretudo se nos é adequado. Por fim, deve haver formação constante de quadros.

Mas vale mesmo a pena. Pois é uma área em crescimento.

MV: E a gadgetmania trazida a Moçambique pelas operadoras móveis? Não acha que hoje em dia se adquirem aparelhos electrónicos mais por consumismo, do que por utilidade prática no dia-a-dia? O que diria a um leigo no assunto que estivesse perante várias escolhas numa loja de especialidade?

FM: Primeiro perguntaria por que motivo desejava um telemóvel. Se seria somente para fazer chamadas e sms ou, se desejaria mais serviços e quais. Dependendo da resposta. Indicaria o *gadget* adequado.

MV: Sendo as TICs, uma das mais áreas sensíveis da AT, que se caracterizam pela constante pressão de trabalho, como consegue manter o auto-controlo e a boa-disposição que sempre vos caracterizam? Donde lhe vem a motivação?

FM: Gosto do trabalho que faço e coloco em primeira instância o que é melhor para a organização. Parece fácil, mas às vezes temos tarefas que surgem como urgentes, mas temos que dar prioridade a outras muito mais relevantes. Por exemplo: se me pedirem uma listagem de dados com urgência e ao mesmo tempo ocorrer um erro na base de dados, sem dúvidas que primeiro vou resolver o erro. Só que, por vezes, as vezes as pessoas não percebem esta ordem de prioridades na administração de uma base de dados, daí que a pressão faça parte da natureza do meu trabalho.

MV: Para terminar, como se vê pessoal e profissionalmente daqui a 10 anos?

FM: Pessoalmente, como chefe de família e com todas as responsabilidades e desafios inerentes. Como profissional, vejo-me a dar o meu contributo como tenho vindo a fazer. Gosto do trabalho que faço apesar da pressão e *stress* característicos da profissão, acho que ainda tenho muito para dar...**MV**

“Leia e Divulgue o MAIS-VALIA”

Passatempo

Curiosidades da Natureza

Se o ser humano movesse as pernas com a mesma velocidade da formiga, conseguiria atingir os 1.500 km/h...

O bambu é a planta que mais depressa cresce por dia. Algumas espécies da Ásia e América chegam crescer em média 35 cm por dia. Pode assim atingir uma altura de 20 metros em apenas um ano. Mas também já foi registado um recorde de crescimento de 90 cm por dia, ou seja, 4 cm por hora, o que resultou em 45 metros de altura num ano...

As baratas são os mais primitivos insectos com asas. Apareceram na terra muito antes dos famosos dinossauros. Têm um extraordinário poder de adaptação a todas condições de vida, podendo inclusive resistir a um cataclismo nuclear. Alimentam-se de qualquer coisa, inclusive manchas de gordura, podendo resistir um mês sem comer, nem beber. Ao se decapitar uma barata isso não resulta na sua morte instantânea. Ela só morre porque fica incapacitada de procurar e ingerir alimentos. Para além de serem muito resistentes, as baratas reproduzem-se com imensa facilidade, podendo uma fêmea ter mais de 180 crias por mês...



Endereço

Rua da Rádio, nr 90, R/C, cidade da Matola

Redacção

Telefone: 82-8677601
E-mail: liegevitorino@yahoo.com.br

Direcção

Telefone 21720132
Fax 21720133
E-mail: domingos.muconto@at.gov.mz



Humor Informático

Tese: Os computadores são um caixote de lixo inteligente: não existe nenhum génio que não encontre um desafio à altura na concepção de sistemas => **Corolário Microsoft:** são necessários centenas de génios para complicar coisas simples...

Lei da busca On-line de Schaaf: Qualquer referência que se encontre duas vezes na Internet terá duas escritas

Localize as palavras abaixo (em todas as direcções):

1. VALIA
2. IRMANDADE
3. CONFIDÊNCIA
4. LEAL
5. FRANCO
6. HONESTIDADE
7. TRANSPARÊNCIA
8. REJEITAR
9. ANUIR
10. FALÊNCIA
11. CLÁUSULA
12. CONSÓRCIO
13. FIEL
14. IDÓNEO

diferentes, duas descrições diferentes, ou ambas as coisas => **Postulado de Picasso:** Os computadores são inúteis sem um intelecto associado. Só dão "respostas"...

Sugestão de Bradley: Se os computadores ganharem demasiado poder, podemos organizá-los numa comissão, a melhor maneira de os inutilizar => **Quinta Lei da Concepção:** os defeitos de concepção viajam sempre em grupo...

Provérbios

Dar o exemplo não é a melhor maneira de influenciar os outros —É a única (Albert Schweitzer)

As crianças têm mais necessidade de modelos do que de críticas (Benjamin Franklin)

Só é sábio quem aprende com todos os homens (Provérbio Judaico)

A calma é a virtude dos fortes (Provérbio Árabe)

H	Q	L	Z	F	A	L	U	S	U	A	L	C	Q	P	J	P	X	N	H
P	F	P	U	T	R	A	N	S	P	A	R	E	N	C	I	A	U	O	E
D	G	O	K	S	K	T	G	B	C	P	W	G	K	S	V	D	P	D	
W	T	C	P	T	U	D	S	O	O	C	O	N	S	O	R	C	I	O	A
R	W	N	M	M	S	A	N	N	O	G	H	M	Q	M	Q	Z	F	F	D
I	T	A	Z	T	G	F	L	N	T	C	O	N	E	S	T	I	A	A	I
U	G	R	Z	X	I	I	F	C	L	J	V	A	L	I	A	T	L	L	T
N	V	F	Q	D	D	I	F	E	R	E	B	C	Z	M	W	Q	E	E	S
A	M	H	E	E	F	Z	I	P	U	L	A	K	G	T	Y	P	N	D	E
H	O	C	M	G	M	F	Q	G	F	H	T	L	S	E	H	D	C	U	N
M	I	T	J	M	J	U	I	R	M	A	N	D	A	D	E	E	I	Q	O
A	O	E	N	O	D	I	L	P	R	A	T	I	E	J	E	R	A	K	H

Ficha Técnica

Propriedade : Autoridade Tributária de Moçambique

Presidente : Rosário Bernardo Francisco Fernandes

Delegado Provincial e Director : Domingos Muconto

Director do Gabinete de Comunicação e Imagem: Raimundo Mapandzene

Chefe de Divisão de Comunicação e Imagem: Suzana Raimundo

Administrador: João Carlos Mabjaia

Assessor Editorial: Arlindo da Graça

Editora Executiva : Liége Vitorino

Coordenador: Dionísio Munguambe

Redacção: Liége Vitorino; Arlindo do Rosário; João Carlos Mabjaia; Dionísio Munguambe; Benjamim Massochua e Elias Chambela

Colaboradores: Arlindo Chissaque (Tete); Manuel Boi (Tete); Albano Naroromele (Nacala), Tomás Changule, Sérgio Chifeche, Fernando Comé, Orlando Macuacua, Aludia Alage, Emílio Tai, José Zandamela, Elísio Massangaie, Juvêncio Nhamona, Cláudio Joaquim, João Chingamuca, Albazino Massingue, Leonardo Lopes, Zito Campira, Marcos Miguel, Amido Abdala, Brígida da Cruz e Adriano José

Revisão : Ricardo Santos

Fotografia: Elias Chambela

Maquetização e Design: Ricardo Santos

Secretária: Marla Rocha

Periodicidade : Mensal

Os artigos assinados reflectem a opinião dos autores e não necessariamente do Mais-Valia. Toda transcrição ou reprodução, parcial ou total, é autorizada desde que citada a fonte

Visite também o sítio da AT no Facebook:

www.facebook.com/AutoridadeTributaria

Todos Juntos Fazemos Moçambique!